



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

APROVADO

Pelo Conselho Intermunicipal em reunião de 10 / 04 / 2019

Pela Assembleia Intermunicipal, em reunião de 30 / 04 / 2019

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

Introdução	3
Actividade da CIM-TTM	4
Análise da Execução Orçamental	60
Análise da Situação Económica e Financeira	60
Proposta de Aplicação de Resultados	63

CONTAS

Balanço	64
Demonstração de Resultados	68
Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa	70
Fluxos de Caixa	76
Operações de Tesouraria	79

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caracterização da Entidade	82
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	86
Notas ao Processo Orçamental e Respectiva Execução	91
Contratação Administrativa	94
Síntese Reconciliações Bancárias	100
Certificação Legal das Contas	102
Termo de Encerramento	106

RELATÓRIO DE GESTÃO

1 – INTRODUÇÃO

O presente relatório de Gestão e Contas visa dar a conhecer as principais atividades desenvolvidas no ano de 2018 pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, adiante designada por CIM-TTM, bem como a forma como os recursos disponíveis foram aplicados, em alinhamento com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o período 2014-2020.

A CIM das Terras de Trás-os-Montes foi criada em 2014, por cisão da CIM de Trás-os-Montes, pelo que 2018 representa o quinto ano completo de atividade.

Após a assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), em 5 de agosto de 2015, a atividade da CIM-TTM centrou-se na gestão das verbas afetas ao território, sem nunca descurar outras candidaturas e outras reivindicações para um território mais coeso, mais próximo e mais próspero. Para tal, significou trabalhar em rede com os principais atores públicos, privados e associativos das Terras de Trás-os-Montes, na construção da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE, na montagem técnica, financeira e institucional dos projetos do PDCT e na estruturação de parcerias e projetos de cooperação territorial, no âmbito do INTERREG VA e SUDOE, bem como na qualificação e internacionalização do território.

No tocante à afirmação do território e aumento da sua notoriedade, bem como no planeamento e aplicação contínua de uma estratégia de diferenciação desta região, foi aberto um concurso de ideias para a criação e desenvolvimento da marca territorial “Terras de Trás-os-Montes”, que tem como objetivo afirmar-se de forma positiva na gestão territorial e no desenvolvimento local.

O ano 2018 ficou marcado pelo avanço de diversos projetos que tinham arrancado nos anos anteriores e que abrangem as áreas da educação, transportes, proteção civil, incentivos ao emprego e ao empreendedorismo, turismo e desenvolvimento económico. Mais adiante será desenvolvida cada atividade de forma mais pormenorizada.

Importa referir que, com o esforço de todos, a CIM-TTM registou em 2018 um resultado líquido positivo.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large blue signature and the letters 'SR' and 'PM'.

2 – CONSELHO INTERMUNICIPAL

O Conselho Intermunicipal realizou 11 reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias ao longo do ano 2018.

3 – ACTIVIDADE DA CIM-TTM

Durante o ano 2018, a CIM-TTM deu continuidade às atividades que estava a desenvolver, bem como iniciou outras de carácter relevante. De seguida será efetuada uma apresentação dos diversos projetos/atividades, por área de atuação, de modo a facilitar a leitura do documento.

EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

A conjugação das 8.3 d) e 8.8 b) | Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo (SI2E) do Pacto, pretendem afirmar-se como um incentivo à criação do próprio emprego e de novos postos de trabalho.

O SI2E é um instrumento destinado a apoiar pequenos investimentos empresariais de âmbito local para a “*criação, modernização e expansão de micro e pequenas empresas*”, desde que o investimento fosse superior a 100.000 Euros e inferior a 235.000 Euros. Este Aviso destinava-se a qualquer entidade que exercesse uma atividade económica, com exceção das previstas no artigo 5.º da Portaria 105/2017, de 10 de março.

No âmbito desta prioridade de investimento foi aberto o Aviso para apresentação de candidaturas n.º NORTE-M7-2017-13 em junho de 2017, compreendendo duas fases com a seguinte dotação:

	FSE (P.I. 8.3)	FEDER (P.I. 8.8)
Fase 1: até 15.09.2017	5.200.000 Euros	3.478.623,22 Euros
Fase 2: até 28.02.2018		

Na primeira fase de apresentação de candidaturas deram entrada 52 candidaturas, das quais 8 foram não admitidas e 1 apresentou desistência.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'C' and several illegible signatures.

O montante financeiro apresentado no âmbito da primeira fase no que se refere ao investimento (FEDER) foi de 4.088.660,51 Euros e de FSE foi de 601.443,18 Euros prevendo a criação de 109 postos de trabalho.

Neste sentido, resultou da análise da primeira fase a aprovação de 19 candidaturas que totalizam um investimento [FEDER] de 1.796.435,95 Euros e [FSE] de 264.220,83 Euros, que representam a criação de 60 postos de trabalho.

No que respeita à segunda fase do Aviso, deram entrada 119 candidaturas, das quais uma apresentou desistência.

À data da elaboração do presente relatório, a segunda fase encontrava-se em fase de audiência prévia. Deste modo, o resultado provisório desta fase resulta na aprovação de 19 candidaturas, que totalizam um investimento [FEDER] de 1.682.187,27 Euros e [FSE] de 355.595,80 Euros, que representam a criação de 79 postos de trabalho.

EDUCAÇÃO

Entendendo a educação como a pedra basilar para o desenvolvimento a médio e longo prazo dos territórios, a CIM-TTM alinhada com a estratégia europeia e nacional neste campo, tem vindo a atuar de modo a promover a qualificação da população do território.

Apesar de nos últimos anos terem sido efetuados investimentos elevados no setor da educação, quer em infraestruturas quer ao nível da qualificação e formação da população o que é facto é que a região ainda apresenta números superiores à media nacional no que concerne às taxas de analfabetismo, abandono e insucesso escolar.

Este cenário reflete a necessidade de continuar a reforçar os investimentos no setor da educação, melhorando as condições e qualidade do sistema de ensino com o objetivo de capacitar a região de população qualificada, contribuir para a fixação de pessoas influenciando positivamente o desenvolvimento económico e social do território.

Tendo em linha de conta estes objetivos a CIM-TTM está a desenvolver projetos que visam combater o abandono e insucesso escolar; aumentar as habilitações literárias da população; otimizar a rede de oferta formativa profissional; requalificar/modernizar infraestruturas.

No âmbito da educação, o Pacto prevê duas formas de atuação:

A
SR
PD
Cf

- Medida 10.5 a): Requalificação/modernização das infraestruturas educativas;
- Medida 10.1 a): Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS ESCOLARES

A implementação da medida **10.5 a) | “Equipamentos e infraestruturas escolares”** que visa a promoção do ensino sustentável e requalificação/modernização das infraestruturas educativas. Os resultados esperados são a melhoria do nível de qualidade e de cobertura da rede de infraestruturas de educação e ensino, das condições de ensino e aprendizagem, e a promoção do acesso e incremento do sucesso escolar.

No âmbito desta prioridade de investimento foram aprovadas em 2018 as seguintes candidaturas, que encontravam previstas no mapeamento anexo ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial:

DESIGNAÇÃO	PROMOTOR
Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro	Miranda do Douro
Intervenções na Escola Básica e Secundária de Alfândega da Fé	Alfândega da Fé
Reabilitação do Edifício da Escola Preparatória Trindade Coelho – Adaptação a cantina escolar	Mogadouro

PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR

O **PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR** [PIICIE] assenta no trabalho colaborativo e em rede entre a CIM-Terras de Trás-os-Montes, os Municípios, os Agrupamentos Escolares e outros parceiros institucionais. Pretende-se com a implementação do PIICIE reforçar esta rede colaborativa na convicção de que só com a cooperação e o empenho de todos é que o sucesso escolar registará valores positivos impulsionadores do desenvolvimento económico e social da região.

82
A
F

O PIICIE expressa uma vontade estratégica da região em reforçar a atuação junto da comunidade educativa de forma a alterar a realidade que caracteriza as terras de Trás-os-Montes ao nível do insucesso e do abandono escolar no território.

O objetivo é atingir valores abaixo dos 6% na taxa de retenção e desistência no ensino básico e alcançar os 15,2% no ensino Secundário. Este plano tem como meta mínima atingir cerca de 3 mil alunos, num universo de 11 mil que frequentam as escolas públicas da região.

No terreno estão a ser implementados 22 projetos, 7 de dimensão supramunicipal – transversais a todos os municípios - e 15 promovidos pelos municípios.

Os projetos de dimensão supramunicipal e transversais a todos os municípios são geridos por uma técnica superior com larga experiência na carreira docente, que tem como missão implementá-los de forma articulada com todos os parceiros. Estes projetos são os seguintes:

a) CIÊNCIA ITINERANTE NAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES. Este projeto tem como objetivo promover uma nova abordagem metodológica no ensino-aprendizagem das ciências fundamentais e naturais, reforçando o seu ensino em práticas experimentais e em metodologias de ação/investigação e de projeto (métodos colaborativos).

A dimensão financeira do projeto é de 899.000 Euros.

O projeto iniciou-se em dezembro de 2018, encontrando-se a ação 1 em execução e a ação 2 em fase de contratação/análise das propostas.

b) PROMOVER A LEITURA E A ESCRITA. Este projeto visa contribuir para um ensino mais eficaz da leitura, apostando-se na elaboração de um diagnóstico (com suporte metodológico e científico de referência, envolvendo instituições do ensino superior) dos alunos da região, bem como assegurar a implementação de novas metodologias e de novos recursos (com suporte em novas tecnologias) e apetrechar as bibliotecas e as escolas com recursos adequados e pertinentes.

O valor aprovado para a execução do projeto é de 397.000 Euros.

O projeto iniciou-se em setembro de 2018 e o ponto de situação da execução, por ação, é o seguinte:

12
10
F

Ação	Atividades desenvolvidas
1 - Conhecer, Atuar e Mudar	- Reunião preparatória com as entidades envolvidas na sua execução (Lusoinfo Multimédia II e ESE de Bragança); - Capacitação dos técnicos da ESE sobre as provas, sua aplicação e sobre o tratamento de dados das provas; - Apresentação do projeto em todos os Agrupamentos com a presença dos professores do 1º ciclo e dos educadores; - Aplicação de provas de rastreio aos alunos dos 1º e 2º anos do 1º ciclo; - Ações de capacitação aos educadores para aplicação das provas de rastreio às crianças com 5 ou mais anos do pré-escolar (em decurso); - Reuniões com os coordenadores do 1º ciclo, bibliotecários e outros técnicos para levantamento dos projetos existentes em cada Agrupamento para futura elaboração dos Planos de Ação; - Tratamento dos dados das provas do 1º ciclo (em decurso).
2- Recursos Educativos de Apoio ao Projeto	- Reunião preparatória com as entidades envolvidas na sua execução; - Capacitação dos técnicos da ESE sobre a plataforma Aprender +; - Apresentação e capacitação dos professores do 1º ciclo de todos os Agrupamentos sobre a plataforma Aprender +; - Disponibilização da plataforma Aprender+ a todos os docentes do 1º ciclo, bibliotecários, alunos e encarregados de educação dos Agrupamentos; - Aquisição dos Kits de Leitura e das Salas de Futuro (em fase de audiência prévia, prevê-se a adjudicação para o mês de fevereiro, não havendo reclamações); - Aquisição e entrega de livros didáticos de apoio ao projeto "Promover a Leitura e a Escrita" (para reforço das Bibliotecas).
3 - Estudo para a Promoção da Aprendizagem da Língua Mirandesa	- Reunião preparatória com a entidade envolvida na sua execução (Cyber Digital Business); - Apresentação do projeto no Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro; - Reuniões/entrevistas do adjudicatário com os professores de Mirandês, com a Direção do Agrupamento para elaboração das primeira e segunda fases do Estudo (Diagnóstico e Levantamento das Necessidades e Plano de Ação); - Envio à CIM-TTM da versão preliminar da fase I do estudo que corresponde ao Diagnóstico e Levantamento das Necessidades e Plano de Ação; - Plataforma de recursos didáticos em construção.

c) PLANO DE AÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO | FORMAÇÃO JOVEM. Este projeto tem como objetivo reestruturar a rede de ensino profissional, alargando o leque de ofertas formativas, assim como aumentar o número de alunos a escolher esta opção, sem penalizar as escolas e concelhos de origem do aluno e aplicar o conceito de "Turmas Partilhadas": o mesmo aluno recebe a formação geral na escola de origem e a componente vocacional na escola profissional da sua escolha.

A dimensão financeira do projeto é de 353 001 Euros.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large '4' and several illegible signatures.

A operação iniciou-se em setembro de 2018 com a realização da reunião de explanação da metodologia de trabalho do “Estudo Base de Suporte ao Plano de Ação para a Valorização da Educação e Formação de Jovens”, encontrando-se atualmente em fase de preparação a realização de um programa de intercâmbio com as escolas envolvidas em projetos semelhantes e a implementação do projeto-piloto com base no conceito de “Turmas partilhadas”.

d) REDE DE RECURSOS TÉCNICOS E PEDAGÓGICOS PARA O SUCESSO ESCOLAR. Este projeto tem como objetivo dotar de capacidades/conhecimentos os técnicos das equipas multidisciplinares de modo a responderem eficazmente à multiplicidade de situações e fatores associados quer à prevenção quer à remediação das dificuldades dos alunos/ famílias sinalizadas pelos Agrupamentos, bem como facultar recursos e instrumentos de apoio aos técnicos das equipas multidisciplinares e aos Agrupamentos de modo a responder à multiplicidade de fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem numa lógica de prevenção do risco e da partilha de dados para uma melhor atuação junto dos alunos e famílias em risco.

A dimensão financeira deste projeto é de 140.000 Euros.

A execução do projeto iniciou-se em dezembro de 2018 Contratação da equipa “Mentor” da Universidade do Minho e o agendamento da primeira reunião com a equipa Mentor e as equipas multidisciplinares, representantes dos municípios e dos Agrupamentos.

e) PROMOÇÃO DE EMPREENDEDORISMO. Este projeto visa desenvolver o espírito empreendedor, dinamizando competências de criatividade, espírito crítico, capacidade de tomada de decisões e autonomia, bem como implementar novas metodologias associadas a práticas colaborativas que facultam aprendizagens transversais e, por isso, transferíveis para outras áreas do saber e promover o surgimento de projetos empreendedores através de concursos.

O valor global previsto para o projeto é de 72.000 Euros.

A execução do projeto iniciou-se em setembro de 2019 com a reunião preparatória com o adjudicatário, a apresentação do projeto em todos os Agrupamentos, bem como a disponibilização da plataforma a todos os Agrupamentos e a apresentação do projeto aos alunos/professores.

Handwritten signature and initials in blue ink.

f) DINAMIZAÇÃO DA REDE EDUCATIVA E QUALIFICAÇÃO DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES. Este projeto visa garantir o cumprimento da vertente "integradora" do Plano através da criação de um Grupo Técnico de Acompanhamento (que envolverá os parceiros de relevo envolvidos na concretização do PIICIE). É também objetivo deste projeto criar um "Observatório" (que garantirá a recolha, o tratamento de informação e dados necessários à monitorização e à avaliação), bem como assegurar a continuidade das dinâmicas e conhecimentos induzidos pelo Plano no pós-operações pela capacitação das lideranças através de seminários e visitas de estudo das lideranças.

O projeto apresenta a dimensão financeira de 80.000 Euros.

Esta operação arrancou a sua execução em maio de 2018 com o lançamento geral do PIICIE, em Macedo de Cavaleiros. Seguiu-se o lançamento dos projetos municipais do na maioria dos municípios, a produção de manual de divulgação do projeto e a criação do Grupo Técnico de Acompanhamento.

g) ESTUDOS, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO. Este projeto tem como objetivo produzir conhecimento sobre a realidade educativa dos concelhos da CIM-TTM (estudos realizados por instituições do ensino superior no âmbito da prática educativa, da diferenciação curricular), bem como conhecer e intervir de forma mais sustentada e eficaz no decurso e no pós-operações (pela sua divulgação pública) e monitorizar e avaliar o Plano de modo a aferir o cumprimento das metas, a necessidade de reajustamentos e o balanço final do PIICIE.

A dimensão financeira deste projeto é de 395.645 Euros.

Este projeto ainda não se iniciou, encontra-se em fase de preparação das peças de procedimento para a abertura dos procedimentos de contratação das ações previstas.

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No decorrer dos últimos anos tem-se intensificado a discussão sobre o papel da administração pública e sua proximidade ao cidadão. Estamos numa época em que se promove a desburocratização dos serviços prestados pelas administrações à sociedade com a descentralização do atendimento, através de meios informáticos, daí que se tornou comum ouvir falar em "modernização administrativa na administração pública". A expectativa é que a

Handwritten signature and initials in blue ink.

implementação destes mecanismos permitirá melhorar a eficiência das instituições públicas e aproximá-las dos cidadãos e das empresas.

Consciente deste desafio, de forma completamente alinhada com os objetivos dos fundos comunitários para esta temática, a CIM-TTM está a desenvolver alguns projetos que visam aumentar o acesso aos serviços públicos digitais, promover e melhorar a eficiência interna das administrações/organismos públicos.

Neste sentido, as verbas contratualizadas no Pacto para esta temática assentam no desenvolvimento de três projetos:

- 2.3 a) | “Trás-os-Montes Conectada” - Plataforma única de atendimento aos cidadãos
- 2.3 b) | Smart region Trás-os-Montes
- 2.3 c) | Balcão Móvel

Destes três projetos, ainda não foi iniciado o “2.3 b) Smart Region Trás-os-Montes”, que deverá iniciar-se em 2019. Quanto aos outros dois, “Trás-os-Montes Conectada” e “Balcão Móvel”, de seguida apresenta-se a descrição mais detalhada e o ponto de situação da sua execução ao longo do ano 2018.

TRÁS-OS-MONTES CONECTADA

A operação “Trás-os-Montes Conectada” consiste na implementação de uma estrutura tecnológica que permitirá aos Municípios o acesso a uma tecnologia emergente de forma a otimizar e centralizar os recursos e aumentar a capacidade de processamento e segurança da informação (Ação 1 - Estrutura Tecnológica de Apoio à CIM-TTM), que se traduz na disponibilização de uma plataforma única que servirá os cidadãos (Ação 2 - Serviços Multicanal ao Cidadão) da área territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), que contempla nove Municípios, nomeadamente Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, totalizando a área de 5.543,61 Km² e população correspondente a 117.527 habitantes (Censos 2011).

“Trás-os-Montes Conectada” é uma operação que integra o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT-TTM), enquadrável no Concurso para

de
F
P
P
F

apresentação de Candidaturas “Promoção das TIC na administração e serviços públicos” - Aviso N.º NORTE-50-2016-12. Tendo em consideração as condições previstas no Aviso, este projeto alinha-se na Prioridade de Investimento PI 2.3 – O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha – e, nesta sequência, no Objetivo Específico OE 9.3.1 – Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

A operacionalização das ações previstas na operação “Trás-os-Montes Conectada” permitirá cumprir os objetivos preconizados em duas medidas previstas no PDCT-TTM, designadamente a plataforma única de atendimento aos cidadãos e consequente implementação de uma plataforma smart.

Pretende-se, estrategicamente, fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, objetivando especificamente promover a eficiência das administrações e organismos público, assim como o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional, melhorando a eficiência interna da administração pública através de TIC’s.

Neste enquadramento, a implementação da operação “Trás-os-Montes Conectada” permitirá alcançar os seguintes resultados:

- Aumentar o número de acessos e a utilização dos serviços públicos digitais;
- Aumentar a oferta e a procura de serviços coletivos em rede na região;
- Melhorar os processos organizacionais;
- Reduzir os custos de contexto;
- Melhorar a eficiência dos serviços da Administração Pública;
- Qualificar a prestação do serviço público.

Esta operação desenvolve-se nas seguintes ações:

Ação 1 perspetiva-se a criação de uma base sólida para a prestação digital de serviços públicos de forma integrada e totalmente desmaterializada, com recurso à identificação eletrónica a partir de qualquer local do território, garantindo, com assento nesta base, um serviço ao cidadão multicanal, que é o que se preconiza na ação 2. Neste contexto, por forma a facilitar e organizar o processo de operacionalização da ação 2, esta divide-se nas seguintes subações:

Subação 1.1: Cloud TTM (Cloud privada das Terras de Trás-os-Montes)

12
PA
Quity
F

- Subação 1.2: Disponibilização de rede wi-fi nos municípios
- Subação 1.3: Solução MPLS para o backbone da RCBL
- Subação 1.4: Solução VDI para os Municípios
- Subação 1.5: Segurança: Aquisição de Firewall
- Subação 1.6: Implementação do Regulamento (EU) 2016/679
- Subação 1.7: Modernização no Planeamento e Gestão do Território

Ação 2 Decorrente da consolidação da ação 1, surge a base para implementar a ação 2, cujo objetivo é a disponibilização de serviços e a aproximação dos cidadãos e das empresas aos serviços municipais, de forma célere, intuitiva, segura e eficaz. As atividades a desenvolver no contexto desta ação dividem-se nas seguintes subações:

- Subação 2.1 - Faturação Eletrónica
- Subação 2.2 - Implementação de Processos de Negócio
- Subação 2.3 – Aplicações SIGMA
- Subação 2.4 – Aplicação de mobilidade do cidadão
- Subação 2.5 – Plataformas de Ação Participativa

Todas as subações foram objeto de contratação durante o ano 2018, encontrando-se em diferentes estádios a sua execução, visto algumas delas terem iniciado o procedimento de contratação próximo do final do ano 2018, tendo sido apenas assinado contrato já em 2019.

Perspetiva-se que estejam reunidas as condições para que o projeto finalize a sua execução em 2019.

BALCÕES MÓVEIS

A operação “Balcões Móveis” consiste na implementação de um inovador serviço itinerante de atendimento descentralizado da Administração Pública, designado por Balcão Móvel, que servirá os cidadãos da área territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) e que integra o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes.

O projeto “Balcões Móveis” é uma operação enquadrada na Prioridade de Investimento PI 2.3 – O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha – e, nesta sequência, no Objetivo Específico OE

12
p
Qu
C

9.3.1 – Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de TIC.

Os “Balcões Móveis” envolveram a aquisição e adaptação de veículos automóveis elétricos a utilizar como serviços itinerantes para a promoção de uma administração em rede e implicará o desenvolvimento e integração de equipamentos tecnológicos interativos de suporte ao novo modelo de atendimento e integração destes sistemas e infraestruturas tecnológicas com os existentes nas diferentes áreas e níveis de administração, que resultará em maior eficácia na interação da Administração Pública com os cidadãos.

Por conseguinte, a implementação da presente operação levará a um aumento do número de acessos aos serviços públicos digitais e o aumento da oferta de serviços.

A implementação da operação visa aumentar a proximidade dos serviços da Administração pública com os cidadãos e qualificar a prestação do serviço público através da disponibilização na CIM-TTM de 9 unidades móveis de serviços públicos da Administração com as características do Balcão do Cidadão, integrando serviços de proximidade aos cidadãos deste território.

Esta operação foi executada em colaboração com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), através da colaboração necessária a que os “Balcões Móveis” permitam disponibilizar serviços da Administração Central. Considera-se a AMA um importante parceiro visto ser detentora de competências no domínio da administração eletrónica, designadamente na gestão dos Portais do Cidadão e da Empresa e no desenvolvimento de projetos infraestruturais como o Cartão de Cidadão ou a plataforma de interoperabilidade, necessárias a uma correta execução das atividades previstas.

Os “Balcões Móveis” constituem um modelo descentralizado de prestação de serviços, onde os utentes, especialmente as populações das zonas rurais e afastadas dos centros urbanos, podem aceder de forma cómoda e prática a serviços públicos eletrónicos diversificados do Município e da Administração Central.

Este inovador serviço facilitará igualmente o acesso de cidadãos com mobilidade reduzida aos serviços públicos, permitindo um atendimento acessível, integrado, de cariz territorial para pessoas com deficiência ou incapacidade.

182
A
P
J
C

Em dezembro de 2018 foram entregues as nove viaturas. Durante o mês de janeiro de 2019 realizaram-se ações de formação promovidas pela AMA para formar os funcionários/operadores que vão atuar nos balcões móveis nas aplicações que são da sua competência. Prevê-se que o projeto entre em funcionamento no início do segundo trimestre de 2019.

AÇÃO SOCIAL

Na vertente de Inclusão Social e Pobreza é pretendido rentabilizar os recursos existentes e aumentar a cooperação entre parceiros para projetos conjuntos e inovadores, melhorar o acesso e a gestão dos serviços e das respostas sociais, e promover o desenvolvimento de competências nos grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social e o desemprego a partir das medidas:

- 9.1 a) | Contratos de Emprego Inserção
- 9.1 d) | Bolsa Especializada de Voluntariado
- 9.4 b) | Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo
- 9.7 a) | Intervenções em equipamentos sociais

Os principais resultados esperados são reforçar as competências pessoais, sociais e profissionais visando a integração ativa e a empregabilidade de desempregados e outros grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social, promover o envelhecimento ativo, reforçar as parcerias existentes, melhorar a oferta e procura de serviços sociais e aumentar o acompanhamento de pessoas que necessitam de cuidados de saúde.

Em termos de promoção da sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território, importa garantir a proteção das crianças, o fomento do ensino sustentável, a equidade no acesso e qualidade à educação (reduzindo assimetrias intraregionais) e melhoria do sucesso educativo. Os principais resultados são suprir as fragilidades do sistema educativo e assegurar o acesso e a igualdade de oportunidades.

EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Neste eixo, concretamente na prioridade de investimento 9.7 - a) Intervenções em Equipamentos Sociais, a CIM dispõe de 3.355.928,33 Euros (FEDER) para aplicar na região.

Durante o ano 2018 a CIM-TTM efetuou o mapeamento dos equipamentos para a região, em estreita articulação com o mapeamento efetuado pela segurança social.

Foi aberto um Aviso para a apresentação de candidaturas NORTE-42-2018-18, tendo sido submetidas 56 candidaturas. Destas, foram não admitidas 5 candidaturas, por não se encontrarem previstas no mapeamento e 14 apresentaram desistência.

Em 31 de dezembro de 2018 encontravam-se contratadas 6 candidaturas e as restantes aguardavam parecer do Instituto da Segurança Social.

PROTEÇÃO CIVIL

No âmbito da proteção civil, a CIM-TTM desenvolveu durante o ano 2018 dois projetos diretamente ligados ao apoio à gestão de risco.

Tratando-se os incêndios florestais de uma preocupação nacional, devidos aos trágicos incêndios que decorreram no verão de 2017, a CIM-TTM também apresentou uma candidatura para a criação de um gabinete técnico florestal intermunicipal que tem como principal missão a articulação de medidas transversais a todos os gabinetes florestais municipais.

De modo a melhor informar sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da Proteção Civil, apresenta-se, de seguida, a descrição dos projetos.

INFRAESTRUTURAS DE APOIO À GESTÃO DE RISCO

Este projeto foi apresentado no âmbito da medida 5.2 a) infraestruturas de apoio à gestão de risco.

As novas filosofias de combate aos fogos florestais passam pela intervenção rápida durante a fase inicial dos mesmos, implicando a utilização de menos recursos humanos e materiais. Não obstante a valência de tal medida, a deteção e a monitorização de incêndios continua a ser efetuada de forma não sistemática, através da análise visual direta, o que significa que para um controlo efetivo de todos os hectares das nossas florestas seriam necessários centenas de vigilantes, trabalhando 24 horas por dia. Idealmente, um sistema de avisos deveria ser automático, autónomo, rápido e com capacidade de indicar o local exato do início da combustão. A videovigilância é uma mais-valia, uma vez que, aumenta a rapidez de atuação

12
10
Quarta
4

das equipas no terreno, o que tem um impacto muito significativo, uma vez que a área ardida cresce de forma exponencial com a duração dos incêndios.

Reconhecendo-se a importância de que se reveste a problemática dos incêndios florestais, nomeadamente os prejuízos materiais, económicos, humanos e ambientais associados, e sendo fundamental numa estrutura integrada de prevenção e combate aos incêndios florestais, a existência de meios eficazes de vigilância, detecção e acompanhamento das ocorrências, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes - CIM-TTM, pretende implementar um Sistema de Videovigilância Florestal na Serra da Castanheira, no concelho de Mogadouro, Serra de Bornes em Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros e na Serra de Nogueira em Bragança.

O sistema de videovigilância florestal permite:

- Detecção rápida e precisa dos incêndios;
- Avaliar a situação de forma rápida e abrangente;
- Reduzir o número de falsos alertas e aumentando a fiabilidade dos alertas;
- Eliminar inevitáveis erros ou omissões na transferência de informação, que podem condicionar a tomada de decisão;
- Obter informação em tempo real, evitando deslocações desnecessárias a falsos alertas ou alertas mal caracterizados;
- Combate mais rápido, uma vez que uma detecção precoce implica menos homens necessários e menor permanência dos meios de combate no local de incêndio, conseguindo-se assim menores áreas ardidas;
- Monitorização das condições meteorológicas do local;

O sistema CICLOPE é composto por estações remotas, denominadas **Torres de Vigilância e Aquisição de Dados - TVAD**, onde é adquirida a informação: **imagens, dados meteorológicos, dados de qualidade do ar, etc.**

A arquitetura do sistema assenta numa estrutura cliente-servidor. O acesso ao servidor CICLOPE pode ser realizado por diferentes meios, o mais comum é o **Centro de Gestão e Controlo – CGC** coexistir na mesma máquina em que corre o servidor CICLOPE, obtendo-se assim uma solução muito compacta e económica. O operador controla a posição das Câmaras

de
pl
Quem
C

das TVAD através da aplicação CICLOPE, dispondo de um vídeo Wall para visualização das imagens.

É a partir do CGC que todas as TVAD são controladas e é aí que chegam as imagens captadas pelas câmaras. As TVAD podem ser visualizadas/controladas a partir de outros Centros de Controlo, oferecendo ferramentas de gestão de multiutilizadores simultâneos: CDOS, GNR, SMPC, Bombeiros, outros. A interface da operação é extremamente prática e intuitiva.

Pelas suas características, o sistema CICLOPE permite:

- Vigiar a floresta e detetar potenciais comportamentos negligentes ou criminosos.
- Detetar rapidamente fogos a longas distâncias;
- Despiste imediato de alertas de incêndio;
- Cobertura de vastas áreas do território de forma permanente;
- Redução dos custos operacionais;
- Efeito dissuasor;
- Partilha de recursos entre GNR, ANPC e SMPC;
- Dimensionamento dos meios de combate a cada situação particular;
- Ataque mais rápido e eficaz;
- Redução da área ardida;
- Redução de perdas económicas e humanas;
- Redução das emissões de carbono.

No âmbito da execução desta candidatura, a CIM das Terras de Trás-os-Montes instalou 3 câmaras vigilância que constituem o “Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional” que entrou em funcionamento em julho de 2018. As câmaras de vigilância instaladas nos três pontos estratégicos, Serras de Bornes, Nogueira e Castanheira, abrangem uma maior bacia de visibilidade sobre as áreas a proteger, estando as câmaras ligadas aos Centros de Gestão e Controlo, que permitem a visualização das imagens recolhidas, alojados no Comando Territorial da GNR e no Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Bragança.

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes promoveu, a 16 de novembro, a apresentação do Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional para prevenir e detetar incêndios florestais, perante a presença do Secretário de Estado da Proteção Civil.

AGRICULTURA E FLORESTAS

MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS REGADIOS E DA SEGURANÇA DAS BARRAGENS

Com a implementação da medida 3.4 a) Promover as infraestruturas de terrenos agrícolas, prevê-se, como principais resultados a melhoria do nível de qualidade dos regadios tradicionais e coletivos existentes, da acessibilidade e das condições de produção nas explorações agrícolas, reforçando, portanto, a competitividade.

Ao nível do PDCT estão previstas intervenções ao nível da segurança de barragens e de regadios tradicionais. O montante global contratualizado é de 4.153.740,05 Euros, dos quais 1.951.390,05 Euros é para a requalificação de regadios tradicionais cujos beneficiários são as Juntas de Agricultores e 2.202.350 Euros é para a medida de melhoria da segurança de barragens, cuja responsabilidade é da DRAPN e DGADR.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL INTERMUNICIPAL

O Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal [GTFI] tem como missão contribuir para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos Gabinetes Técnicos Florestais municipais, através da divulgação das políticas florestais, disponibilização e difusão de informação técnica de âmbito florestal.

As atribuições do GTFI são:

- Acompanhamento das políticas florestais;
- Promover a articulação e compatibilização dos instrumentos de planeamento florestal de âmbito municipal;
- Acompanhar e promover a transposição homogénea dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal [PROF] para os Planos Diretores Municipais [PDM];
- Promover a articulação e funcionamento integrado dos GTF municipais;
- Acompanhamento dos Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios [PDFCI] e Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios [PMDFCI];
- Identificação, para efeito de planeamento e intervenções integradas de âmbito florestal à escala intermunicipal, de unidades de planeamento e gestão;

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'A', 'R', and 'G'.

- Produção e disponibilização de informação agregada de âmbito florestal, nomeadamente cartográfica;
- Difusão de informação de âmbito florestal junto dos GTF municipais.

Neste sentido, o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes foi criado durante o ano 2018, contando desde julho com uma técnica superior, que realizou as seguintes atividades:

No âmbito do acompanhamento das políticas florestais:

- ✓ Elaboração do Plano de atividades do GTFI da CIM-TTM, que explana as atividades que se pretendem desenvolver;
- ✓ Análise dos instrumentos de planeamento e gestão florestal do território;
- ✓ Produção de um modelo de Relatório de Atividades, que reporta as ações estabelecidas nos diversos diplomas legais e planos relativos a políticas florestais;
- ✓ Criação de um modelo de “Plano de Controlo das Operações Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PCOMDFCI-DFCI” que define e quantifica as obrigações/competências das Câmaras Municipais em matéria de DFCI;
- ✓ Reuniões individuais com os GTF’s dos municípios que integram a CIM-TTM, realizadas no período de 2 a 16 de outubro;
- ✓ Elaboração do Relatório/Resumo das reuniões individuais com os GTF’s dos municípios da CIM-TTM, relativas ao 4.º trimestre de 2018;
- ✓ Apoio a alguns GTF’s na atualização da informação a inserir nos Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIF);
- ✓ Produção da Orientação Técnica n.º 1/2018/GTFI-CIM-TTM – Áreas Percorridas por Incêndios – atualização anual da carta de condicionantes – PDM;
- ✓ Pedido de esclarecimento ao ICNF, sobre a cartografia de áreas ardidas a usar na atualização anual da carta de condicionantes do PDM;
- ✓ Apoio à instrução dos pedidos de parecer ao ICNF, no âmbito da construção de edifícios fora das áreas edificadas;
- ✓ Organização da ação de formação “Plano de Ação para a Vigilância e Controlo da Vespa Velutina em Portugal” a nível da CIM-TTM;
- ✓ Construção de um procedimento/modelo de parecer para o licenciamento de edifícios fora das áreas consolidadas, no âmbito de defesa de pessoas e bens, nos termos e para os efeitos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'F' and several illegible signatures.

redação atual, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tendo este diploma sido recentemente alterado, através do Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro, valorizando e reforçando o papel das autarquias locais neste processo;

- ✓ Foram alertados os GTF's para a necessidade de integração, da carta de perigosidade aprovada em PMDFCI, no PDM;
- ✓ Elaboração de um pedido de esclarecimentos ao ICNF sobre alguns aspetos de planeamento de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- ✓ Está a ser promovida a articulação e o funcionamento integrado dos GTF's municipais através de reuniões conjuntas, da produção de orientações técnicas do GTFI da CIM-TTM e através da apresentação de propostas ao conselho intermunicipal, para uniformização de critérios;
- ✓ Reunião com os GTF's da CIM-TTM para esclarecimento sobre as alterações do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- ✓ Elaboração dos mapas de gestão de combustível da faixa de proteção aos aglomerados populacionais de todos os aglomerados do concelho de Vila Flor;
- ✓ Apoio/esclarecimentos sobre o anúncio de abertura – Gestão de Combustível com Recurso à Pastorícia;
- ✓ Promoção de reuniões com o ICNF, onde estiveram presentes os técnicos dos GTF's dos Municípios da CIM-TTM, para esclarecimentos sobre o anúncio de abertura – Gestão de Combustível com Recurso à Pastorícia;
- ✓ Pedido de esclarecimento à Guarda Nacional Republicana, sobre a aplicabilidade do artigo 27.º e 28.º, do DL n.º 124/2006 de 28 de junho na sua atual redação sobre a realização de queimas e queimadas em espaço urbano;
- ✓ Proposta de alteração dos regulamentos municipais, através da produção de uma orientação técnica (Orientação Técnica n.º 1/2019/GTFI-CIM-TTM) incluindo posturas relativas à limpeza de terrenos privados para as áreas edificadas consolidadas – em curso;
- ✓ Formação às técnicas de dois GTF's;

No âmbito da compatibilização da informação cartográfica dos planos de âmbito florestal a nível municipal a CIM-TTM desenvolveu uma infraestrutura de Dados Espaciais – IDE, que consiste num conjunto de tecnologias, políticas, padrões e recursos humanos necessários para adquirir, processar, armazenar e distribuir a utilização de dados espaciais.

SR
PN
P
Cf

Esta infraestrutura, transversal aos municípios, e baseada em software aberto, promove a modernização das autarquias com uma estrutura de gestão de informação geográfica centralizada, de âmbito regional, que apoia atividades de gestão e desenvolvimento do território.

A existência de informação geográfica centralizada em bases de dados, permite um maior conhecimento do território, servindo muitas vezes de base para a sua preservação, valorização e desenvolvimento, ao facilitar as tomadas de decisão das diversas entidades com intervenção direta no território.

Neste seguimento, e como próxima etapa, irão ser facultadas aos GTF Municipais e GTF Intermunicipal, credenciais de acesso à base de dados, assim como toda a formação necessária em Software Qgis, por forma a que os técnicos possam otimizar a utilização da IDE.

Relativamente à transposição dos PROF para os PDM, foram remetidos contributos/sugestões sobre os documentos que compõem o PROF-TMAD, aquando da discussão pública deste instrumento sectorial. Foram ainda enviados contributos/sugestões sobre a portaria de incompatibilidades e sobre a portaria do PROF, aquando da Audição do mesmo.

Em curso está a análise dos documentos que compõem o PROF-TMAD, no que respeita o território abrangido pela CIM-TTM, bem como a aguardar as orientações para a produção de propostas de normativos para a transposição dos PROF's para os PDM's com o objetivo de incorporar orientações e regras claras sobre o ordenamento florestal.

Quanto ao acompanhamento dos PDFCI e PMDFCI, foi solicitado aos GTF's o Relatório Anual de execução do PMDFCI. Para além disso, devem ainda remeter trimestralmente o relatório de atividades, com a identificação das ações previstas, as metas definidas em plano, a execução das ações e a entidade responsável, de acordo com o definido no PMDFCI para o ano em curso, para que se possa acompanhar e avaliar a taxa de execução de cada ação e alertar as entidades responsáveis para a necessidade de cumprirem o estipulado.

Importa também registar a participação em todas as reuniões das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) dos municípios da CIM-TTM, onde foram abordados assuntos relacionados com o PMDFCI.

Handwritten signature and initials in blue ink.

AMBIENTE E ENERGIA

Para melhorar a gestão e a eficácia das intervenções em situação de sinistro ou catástrofe, importa aumentar a capacidade de resposta, aumentando a eficiência dos organismos públicos a partir das medidas:

5.2 a) | Infraestruturas de apoio à gestão de risco

Neste sentido, importa promover a proteção do vasto território que dispõe de vários parques naturais de relevância nacional, nomeadamente ao nível da Rede Nacional de Áreas Protegidas (onde se incluem, entre outros, o Parque Natural de Montesinho, o Parque Natural do Douro Internacional, a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e o Geoparque Terras de Cavaleiros). Prevê-se, portanto, melhorar as capacidades de planeamento, monitorização e comunicação face aos riscos de incêndios, reduzindo a área ardida e melhorando a gestão dos recursos e otimizando os recursos financeiros.

A este nível a CIM-TTM tem um projeto aprovado, designado “Avaliação de Riscos Associados às Alterações Climáticas e Produção da Cartografia Intermunicipal”.

6.1 a) | Ações de educação e sensibilização com enfoque nos primeiros patamares da pirâmide dos resíduos (prevenção, reutilização e reciclagem) e criação de instrumentos de sensibilização e comunicação.

Estas ações são promovidas pela Resíduos do Nordeste, EIM, visto tratar-se de uma entidade com forte experiência nesta área e ter a abrangência territorial de todos os municípios da CIM-TTM.

INFRAESTRUTURAS DE APOIO À GESTÃO DE RISCO

A CIM-TTM viu aprovada durante o ano 2018 o projeto intitulado “Avaliação de Riscos Associados às Alterações Climáticas e Produção da Cartografia Intermunicipal”, com um valor global de 186.579 Euros.

Esta operação visa a elaboração de um conjunto de estudos, análises e cartografia para identificar os locais particularmente vulneráveis aos impactos climáticos atuais e/ou futuros das alterações climáticas, denominados de *hotspots*, e onde a segurança de pessoas e bens poderá estar condicionada. A sua identificação constitui uma ferramenta importante na

Handwritten signature and initials in blue ink.

definição de prioridades de intervenção e no planeamento estratégico das medidas de adaptação.

Esta operação prevê a execução de seis fases, que se irão desenvolver de forma sequencial. A operação inicia-se com a identificação e contextualização dos riscos climáticos traduzindo-se no diagnóstico de referência que será o manancial de informação sobre o qual assentará a avaliação dos riscos climáticos. Após esta avaliação dos riscos a que a região se encontra exposta proceder-se-á à identificação dos locais e elementos mais vulneráveis às alterações climáticas, os quais são denominados de *hotspots*. Com a materialização espacial dos *hotspots* encontram-se reunidas as condições para definir um programa de medidas de mitigação/adaptação às alterações climáticas a implementar na região da CIM-TTM. Este programa priorizará os locais e as medidas de acordo com a escala de risco.

De forma de promover o conhecimento alargado desta operação, toda a informação produzida será integrada na Plataforma Colaborativa de Proteção Civil da CIM-TTM. Após a integração da informação serão realizados seminários e workshops como forma de promoção do conhecimento produzido no âmbito desta operação.

Atualmente, encontra-se em fase de assinatura do contrato a prestação de serviços para a “Avaliação de riscos associados às alterações climáticas e produção de cartografia intermunicipal”.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Na vertente Economia de Baixo Teor de Carbono, importa promover uma região ambientalmente autosustentada e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas a partir das medidas:

4.3 a) | Eficiência energética nas infraestruturas públicas

Os principais resultados são melhorar e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, reduzir as emissões de CO₂ e os desperdícios de energia, promover o território enquanto eco região e a adopção de tecnologia/ fonte de energia mais sustentável e eficiente. Adicionalmente, devido à utilização de tecnologias de informação, prevê-se a melhoria das capacidades de planeamento, monitorização e comunicação face à eficiência energética.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'G' and several illegible signatures.

Em termos de proteção do ambiente, para garantir a valorização dos resíduos e promover a região como ambientalmente autosustentada, importa operacionalizar a medida 6.1 a) - Eco+Valor. Com esta medida prevê-se o aumento da separação de resíduos e reciclagem, e a redução da quantidade de resíduos depositados em aterros.

No âmbito da prioridade de investimento 4.3 - a) Eficiência energética nas infraestruturas públicas foram aprovadas durante o ano 2018 as seguintes candidaturas:

DESIGNAÇÃO	PROMOTOR
Eficiência Energética na Iluminação Pública - Iluminação Pública e Cénica Led – Bragança I	Município de Bragança
Reabilitação Energética do Edifício dos Paços do Concelho	Município de Macedo de Cavaleiros
Instalação de Led's na Iluminação Pública	Município de Miranda do Douro
Redução do consumo de energia na iluminação pública do Município de Mogadouro: Iluminação Pública Led	Município de Mogadouro
Conservação e Requalificação do Edifício dos Paços do Concelho - Reabilitação Energética	Município de Vila Flor
Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública: Iluminação Pública e Cénica Led	Município de Vimioso

Atualmente encontram-se para aprovação 9 candidaturas, que se prevê que sejam aprovadas durante o primeiro trimestre de 2019.

GESTÃO INTERMUNICIPAL DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Os Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) integram atualmente o sistema intermunicipal de gestão de resíduos urbanos, geridos pela empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., em atividade desde 2003, constituindo um exemplo concreto e com avaliação positiva na promoção da integração e partilha de serviços e competências municipais. Fruto dessa experiência da gestão partilhada na área dos resíduos urbanos, os Municípios que integram a CIM-TTM promoveram a elaboração de um Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) para auxiliar a análise dos respetivos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e traçando caminhos de futuro quanto às formas de gestão desses mesmos sistemas.

12
f. 11
Quem
C

Os resultados do estudo auxiliarão na:

- ✓ Fundamentação da decisão sobre qual o modelo de gestão que melhor defende os interesses dos municípios envolvidos;
- ✓ Avaliação da prossecução do interesse público associado à prestação por parte de uma empresa local de natureza intermunicipal, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, das atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
- ✓ Avaliação, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento quanto à viabilidade e sustentabilidade económica e financeira do projeto, aferindo, concretamente o risco de insustentabilidade financeira nos termos do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 50/2012;
- ✓ Avaliação dos efeitos da atividade da empresa sobre as contas e a estrutura organizacional e recursos humanos.
- ✓ Aferir do risco de insustentabilidade financeira nos termos do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 50/2012;
- ✓ Caracterizar sumariamente os Municípios e respetivos sistemas de abastecimento de água e saneamento;
- ✓ Levantar e identificar o estado geral das infraestruturas e sistemas afetos ao serviço de abastecimento de água e saneamento de cada um dos municípios envolvidos;
- ✓ Proceder ao levantamento das necessidades de investimento de expansão e de remodelação das respetivas redes e sistemas envolvidos, visando a definição do Plano de investimentos a realizar;
- ✓ Analisar os atuais resultados de exploração do serviço de abastecimento de água e saneamento, por cada município;
- ✓ Analisar a viabilidade económica e financeira dos projetos de investimento de expansão/remodelação no âmbito da gestão direta, por parte dos municípios, dos respetivos sistemas de abastecimento de água e saneamento;
- ✓ Analisar as especificidades, os riscos e os problemas que envolvem a prestação, em regime de gestão direta, do serviço de abastecimento de água e saneamento no âmbito dos respetivos municípios;
- ✓ Análise da viabilidade económica e financeira dos projetos de investimento de expansão/remodelação dos sistemas no âmbito do modelo de parceria institucional, envolvendo os 9 municípios da CIM-TTM;

- ✓ Análise de vantagens e desvantagens do modelo de parceria institucional (benefícios e riscos envolvidos);
- ✓ Análise do processo de verticalização dos 9 municípios, com identificação dos principais riscos e benefícios;
- ✓ Conclusões sobre as alternativas: modelo de gestão direta, gestão delegada e verticalização /análise comparativa.

O estudo elaborado permitiu à CIM-TTM a obtenção de informação que habilite a uma gestão eficiente dos recursos e ativos existentes, bem como a uma aposta na qualidade dos serviços prestados, apontando caminhos para uma sustentabilidade abrangente através da apreciação de benefícios a obter em resultado de economias de escala e de gama que resultem da eventual integração dos Municípios que compõem a CIM-TTM.

De referir ainda que a estratégia em apreciação se encontra alinhada com os objetivos que se perspectivam para o PENSAAR 2020, permitindo uma otimização do investimento na perspetiva do interesse público e dos benefícios esperados, procurando-se demonstrar a viabilidade e sustentabilidade das soluções a desenvolver, através de uma análise custo-benefício dos possíveis modelos e soluções de gestão integrada.

Dada a limitação dos recursos humanos que integram a estrutura dos Municípios e da própria CIM-TTM e o elevado volume de informação a recolher e analisar para a elaboração do estudo em questão, recorreu-se à prestação de serviços para a sua realização através de entidade externa, com experiência na matéria, designadamente a Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., entidade com a qual foi celebrado um contrato no valor de 55.350,00€ (com IVA).

O “Estudo de Viabilidade Económica e Financeira” relativo à gestão intermunicipal dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (gestão da água “em baixa”) dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes permitiu que fosse já constituído um Memorando de Entendimento, tendo em vista a agregação dos municípios num sistema para a gestão do abastecimento de água e saneamento de águas residuais “em baixa”.

Este estudo deu início ao processo de alteração dos estatutos da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. e a diversos passos no sentido de avaliar convenientemente a agregação dos sistemas, bem como o melhor modelo de gestão.

Durante o ano 2018, foi apresentado junto da ERSAR, o Contrato de Gestão Delegada, o qual aguarda parecer por parte desta entidade.

Ainda no âmbito desta temática, atendendo que os Municípios da CIM-TTM entendem que a gestão dos sistemas de água e saneamento deverá ser total, ou seja, a alta e a baixa deverão estar integradas, foram efetuadas diversas reuniões junto do Secretário de Estado do Ambiente manifestando esta intenção.

O Governo, alinhado com a pretensão da CIM-TTM, criou um grupo de trabalho para avaliar a integração dos dois sistemas (alta e baixa), no qual a CIM-TTM participou ativamente em todas as reuniões. O Relatório Final será apresentado no primeiro semestre de 2019.

PROMOÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A competitividade da economia regional encontra-se dependente da sua capacidade de renovar o tecido económico e de fomentar a emergência de novas atividades económicas. O apoio ao empreendedorismo desempenha um papel muito relevante neste âmbito, mas apresenta resultados pouco expressivos no contexto regional (de acordo com o INE, a proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia é de 1,49% na região Norte e de 0,55% na região das Terras de Trás-os-Montes em 2013).

Neste sentido, uma das diretivas do Norte 2020, é que a região deve dispor de instrumentos adequados de suporte e fomento do empreendedorismo de forma a potenciar a dimensão económica, em particular, nos domínios da estratégia regional de especialização inteligente.

Face a este contexto, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM TTM), juntamente com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) e a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT), desenvolveram três projetos para qualificar as Terras de Trás-os-Montes, bem como potenciar a internacionalização e o empreendedorismo.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

PROMOÇÃO DO ESPÍRITO EMPRESARIAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

A promoção do espírito empresarial visa a dinamização de iniciativas de deteção, estímulo e apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo nas Terras de Trás-os-Montes. Este projeto pretende ser complementar a iniciativas e atividades previstas ou já presentes no terreno, tendo como objetivo a criação de ações concertadas entre os agentes locais e regionais, com enfoque no território, nomeadamente, nas suas potencialidades e constrangimentos, dinamizando e potenciando as estruturas existentes, com vista ao reforço da competitividade e coesão regional.

A concretização deste objetivo envolve o desenvolvimento das seguintes ações:

Ação 1. Mapeamento e estruturação da oferta e procura de serviços de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento empresarial: pretende-se avaliar o contexto regional em matéria de serviços de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento empresarial e as necessidades reais dos empreendedores e empresários da região;

Ação 2. Prospeção estratégica e gestão de conhecimento: pretende-se conhecer os setores âncora para a economia regional, avaliar o seu potencial de desenvolvimento e inovação e identificar cadeias de valor potenciais com vista à densificação da base económica regional;

Ação 3. Análise de *benchmarking* internacional e local: pretende-se promover o conhecimento da realidade local e internacional como forma de estimular o empreendedorismo, a inovação e a criatividade na economia regional;

Ação 4. Plataforma regional de promoção do espírito empresarial @TTM: pretende-se criar uma plataforma regional de promoção do espírito empresarial, a disponibilizar online, que se afirme como ferramenta facilitadora do desenvolvimento económico da região;

Ação 5. Programa de dinamização da rede de apoio ao desenvolvimento empresarial: pretende-se promover uma cultura de empreendedorismo e capacitação organizacional das entidades, através da dinamização da rede regional de apoio ao desenvolvimento empresarial, de forma a otimizar o sistema de resposta, adequando-o às necessidades dos empreendedores e empresários das Terras de Trás-os-Montes;

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'HR' and a signature.

Ação 6. Programa de sensibilização e capacitação dos empreendedores das TTM: pretende-se promover uma cultura de empreendedorismo e capacitação das empresas, investidores e empreendedores tendo em vista a criação de emprego e empresas na região;

Ação 7. Programa integrado de estímulo a ideias inovadoras: pretende-se promover o estímulo de ideias inovadoras através da aposta em iniciativas regulares de fomento de uma cultura de empreendedorismo, criatividade e iniciativa empresarial;

Ação 8. Gestão, acompanhamento e avaliação do projeto: pretende-se a constituição de uma equipa técnica responsável pela gestão, acompanhamento e avaliação do projeto;

Ação 9. Comunicação e disseminação do projeto: pretende-se com esta ação promover a implementação de iniciativas de comunicação e disseminação das atividades e resultados do projeto.

Durante o ano 2018 a ação 4 ficou concretizada.

Atendendo ao atraso na execução, a CIM-TTM solicitou uma reprogramação temporal da candidatura, para permitir concluir a execução das restantes ações durante o ano 2019.

ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A CIM-TTM em copromoção com a AMTQT e a AMTFNT promovem o Programa de apoio à definição da estratégia de internacionalização e abordagem a mercados prioritários para os recursos endógenos e produtos turísticos das Terras de Trás-os-Montes, visando aumentar a sua competitividade e progressão na cadeia de valor, bem como reforçar a visibilidade internacional da região.

No âmbito desta operação foi desenvolvido um procedimento de contratação, sob a forma de concurso público, que engloba a execução das ações 1, 2 e 3. O procedimento foi objeto de contratação em 5 de dezembro de 2017. Esta contratação visa os seguintes objetivos:

- a) Avaliar a capacidade produtiva da região das Terras de Trás-os-Montes e identificar os recursos endógenos e produtos turísticos com potencial de internacionalização;
- b) Identificar as boas práticas relacionadas com internacionalização de recursos endógenos e do território, a nível nacional e internacional;

- c) Definir uma estratégia de internacionalização regional, considerando os mercados prioritários para a região Terras de Trás-os-Montes e as suas características.

Importa referir que durante o ano 2018 foi efetuada a avaliação da capacidade produtiva, bem como ações de *benckmarking* nacional e internacional, que contou com a presença dos representantes das associações do setor agroalimentar, do NERBA e dos municípios associados da CIM-TTM.

Estas ações tiveram como objetivo conhecer e analisar as boas práticas implementadas a nível nacional e internacional no setor agroalimentar. Por sugestão da SPI, S.A. (adjudicatário) foram identificados/visitados os casos **Inovcluster** em Castelo Branco, **CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar** em Castelo Branco, **Tagusvalley** em Abrantes e **Portugal Foods** na Maia, pois constituem-se como exemplos por excelência, quer em termos do estabelecimento de dinâmicas colaborativas, quer do ponto de vista da inovação e da internacionalização no setor agroalimentar nacional.

A nível internacional realizou-se nos dias 24 a 26 de outubro uma visita ao **SIAL – Salão Internacional da Alimentação**, em Paris, que contou com uma comitiva de dezasseis empresários.

Já no início de 2019, foi efetuada uma visita a Valladolid, concretamente ao **VITARTIS**, que é um cluster que se assume como porta voz da região de Castela e Leão no setor agroalimentar; ao **CARTIF**, que é um centro tecnológico que, na fileira do agroalimentar, oferece soluções inovadoras para a melhoria dos sistemas e produtos e à iniciativa **Tierra de Sabor**, que tem o propósito de colocar sob a mesma marca chapéu os produtos agroalimentares de referência produzidos na região de Castela e Leão. Esta visita contou praticamente com os mesmos participantes das visitas efetuadas no território nacional.

Ainda no âmbito desta operação, com o objetivo de analisar a situação atual dos setores em questão no que concerne à internacionalização, foram realizados 4 encontros temáticos para debater as principais questões estratégicas relacionadas com a abordagem a mercados externos:

- “**Azeite e Vinhos**”, no dia 26.02.2019 | 10:30-12:30 | Centro Cultural de Vila Flor;
- “**Carnes e Enchidos**”, no dia 26.02.2019 | 15:30-17:30 | Solar dos Condes;

- **“Queijo, Mel e Frutos Secos”** no dia 27.02.2019 | 10:30-12:30 | Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé;

- **“Turismo”**, no dia 27.02.2019 | 15:30-17:30 | Auditório Municipal de Mirandela.

À data da elaboração do presente relatório encontrava-se em fase de análise, por parte da CIM-TTM, a Estratégia entregue pelo adjudicatário.

QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS ENDÓGENOS

O presente projeto enquadra-se no concurso para apresentação de candidaturas Aviso NORTE 53-2015-20, SIAC “Qualificação” (Intermunicipal), nos termos do Regulamento Específico do Domínio Competitividade e Internacionalização (RECI), mais concretamente na Prioridade de Investimento 3.3. Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.

De acordo com a Estratégia de Especialização Inteligente da Região Norte (RIS3), o território dispõe de uma riqueza assinalável de recursos e produtos endógenos que se podem constituir enquanto fatores de diferenciação da região. Pela diversidade e qualidade dos seus produtos endógenos, urge qualificar o tecido económico envolvido nos processos de produção, comercialização e promoção, capacitando-o para contribuir ativamente para o desenvolvimento da economia regional, lançando produtos inovadores e suprimindo falhas de mercado.

Também a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) reforça a estruturação da oferta de produtos endógenos e a melhoria dos instrumentos de valorização e promoção enquanto fatores essenciais à estratégia de desenvolvimento territorial da região.

Neste contexto, é importante uma abordagem territorial que permita um posicionamento assertivo das sub-regiões, com uma estratégia de qualificação do tecido económico que atue em setores chave intimamente relacionados com as perspetivas de desenvolvimento regional. O presente projeto tem este enquadramento e objetiva a criação de um programa de apoio à qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes, visando estruturar a oferta existente, promover a cooperação interempresarial, fomentar a inovação nos processos

de produção e comercialização dos produtos endógenos, bem como reforçar a sua visibilidade externa. A concretização deste objetivo envolve as seguintes ações:

Ação 1. Análise das práticas associadas à produção e comercialização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes: Diagnóstico das realidades atuais (nomeadamente ao nível da cooperação, inovação e promoção) associadas aos produtos endógenos de Trás-os-Montes;

Ação 2: Análise de benchmarking a nível nacional e internacional: Identificação e análise de um conjunto de boas práticas nacionais e internacionais associadas à qualificação e valorização de recursos endógenos enquanto fator para o desenvolvimento económico e/ou territorial;

Ação 3. Criação da unidade de qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes: Criação de uma unidade na estrutura orgânica da CIM-TTM focada na qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes;

Ação 4. Definição da estratégia de qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes: Conceptualização da estratégia de qualificação e valorização dos produtos endógenos, que inclui a definição de linhas de orientação estratégica e enquadramento operacional, com especial destaque para iniciativas e instrumentos a desenvolver;

Ação 5. Desenvolvimento de marca(s) agregadora(s) dos produtos endógenos de Trás-os-Montes: Criação de uma ou várias marcas agregadoras dos produtos endógenos de Trás-os-Montes, que contribuam para a homogeneização da apresentação dos vários produtos e para uma maior visibilidade e notoriedade;

Ação 6. Implementação da estratégia de qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes: Realização de operações de qualificação e valorização dos produtos endógenos, alinhadas segundo a estratégia desenvolvida nas ações anteriores;

Ação 7. Gestão, acompanhamento e avaliação do projeto: Constituição de uma equipa de gestão técnica que terá como finalidade a regular execução das ações previstas no projeto, bem como a monitorização e avaliação dos resultados e impactos gerados.

Em suma, as ações propostas direcionam-se especificamente para a estruturação da oferta de produtos endógenos e identificação de linhas de ação para o fomento da inovação e da cooperação neste segmento económico, tendo em conta os atores intervenientes e o potencial para a criação de sinergias. Pretende-se também conhecer e analisar boas práticas de estratégias regionais de valorização e qualificação de produtos endógenos que inspirem as operações a desenvolver neste campo em Trás-os-Montes.

De seguida, apresentam-se as atividades desenvolvidas ao longo de 2018, até à data da elaboração do presente relatório, nas diversas ações:

Ação 1. Análise das práticas associadas à produção e comercialização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes.

Nesta ação foi aberto um procedimento de contratação para o “Estudo de produção e comercialização da amêndoa nas Terras de Trás-os-Montes” que se encontra a ser desenvolvido pelo Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos.

Ação 2: Análise de benchmarking a nível nacional e internacional

Ao nível desta ação, foi efetuada uma visita à SDEA, entidade gestora da Marca Açores com o intuito de preparar a marca territorial “Terras de Trás-os-Montes”. A escolha recaí-o na Marca Açores pelo facto desta ser uma marca de sucesso que apresentou, num curto espaço de tempo (4 anos), resultados positivos tendo contribuído para o desenvolvimento da economia regional, para a capacidade e valorização dos produtos açorianos, o aumento das vendas e mais recentemente para um significativo crescimento das exportações.

A CIM das Terras de Trás-os-Montes, viu na visita a SDEA a oportunidade de conhecer o processo de desenvolvimento da Marca Açores e a estratégia adotada para o seu sucesso permitindo ainda a troca de experiências, contacto com os promotores da marca, empresas e empresários constatando no terreno os benefícios da criação de uma marca territorial e as formas de replicar as boas práticas no território das Terras de Trás-os-Montes.

Ação 4. Definição da estratégia de qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes:

No respeitante à ação 4 foi aberto um procedimento de contratação para o “Estudo de avaliação do potencial de mercado dos ovinos, caprinos e suínos das terras de Trás-os-Montes”, que visa estudar

o potencial destas raças, ao nível da sua comercialização. É também objetivo deste estudo a abordagem sobre a melhor forma de apresentação do produto nos mercados potenciais.

Ação 5. Desenvolvimento de marca agregadora dos produtos endógenos de Trás-os-Montes:

Tendo em vista o desenvolvimento de uma marca chapéu que fosse agregadora e pudesse evoluir para um “selo de qualidade” dos produtos endógenos, a CIM-TTM lançou um concurso público de ideias para a apresentação de proposta de logomarca.

Resultou deste concurso a apresentação de 25 propostas, tendo sido vencedora a proposta apresentada pela designer Juliana Vidigal.



Ação 6. Implementação da estratégia de qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes

Após a escolha do logótipo, procedeu-se à conceção, desenvolvimento e produção de merchandising, tendo em vista a divulgação da marca.

A par da logomarca, o slogan associado é “Terras de Trás-os-Montes – O Destino Natural”.

Ação 7. Gestão, acompanhamento e avaliação do projeto

Desde janeiro de 2018 que a CIM-TTM conta com uma equipa técnica, constituída por duas técnicas superiores das áreas de marketing e da gestão de empresas, com uma afetação a 100% a esta operação.

PROVERE DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Uma política de desenvolvimento dos espaços de baixa densidade da Região do Norte tem de assumir como objetivo a ocupação sustentável dos territórios, para o que não bastará o incentivo às atividades agro-silvo-pastoris. De facto, os territórios de baixa densidade têm hoje

múltiplos usos económicos e sociais, visto que a sua sustentabilidade passa muito pela valorização económica desses usos, com destaque para o turismo. Esta sustentabilidade depende sempre da capacidade de apropriação das externalidades positivas e dos bens públicos produzidos.

Os PROVERE são, assim, instrumentos de política pública dirigidos especificamente para os espaços de baixa densidade, com o objetivo central de fomentar a sua competitividade através da dinamização de atividades de base económica (bens e serviços), inovadoras e alicerçadas na

valorização de recursos endógenos, com sustentabilidade e com a preocupação de geração de efeitos de irradiação noutras atividades (efeito motor), contribuindo para criar condições para os espaços de baixa densidade da Região do Norte são detentores de um importante património paisagístico, histórico, cultural ou natural que importa preservar, promover e valorizar. Só que o êxodo populacional destes territórios contribui para a erosão ou mesmo destruição do capital social necessário à mobilização produtiva desse património. Enfim, os recursos endógenos que esses territórios, apesar de todas as dificuldades, foram capazes de reservar ao longo do(s) tempo(s) dispõem hoje de um mercado significativo e, por esse facto, constituem o seu principal ativo em matéria de desenvolvimento. Será através da mobilização destes recursos que, cada vez mais, se tornará possível envolver as populações em atividades crescentemente mais qualificadas, o que evitará ou pelo menos atenuará os constantes fluxos migratórios que marcaram as gerações precedentes.

A preservação dos recursos e dos produtos endógenos gerará a oportunidade da sua valorização e rentabilização, em mercados que têm por eles uma apetência crescente, implicando uma maior ocupação das populações locais em atividades mais qualificadas e com níveis de rendimento acrescidos, o que evitará, por sua vez, o aprofundamento do processo de

12
1.
m
Qu
F

despovoamento. A fixação da população, por fim, não deixará de contribuir para a continuação deste processo de preservação dos recursos endógenos. Por esta via, pode-se construir um novo círculo virtuoso de desenvolvimento económico e social, fundamental para a consolidação da rede de pequenos centros urbanos do interior e dos territórios de mais baixa densidade.

A candidatura do PROVERE das Terras de Trás-os-Montes assenta na estratégia comum de valorização económica para um território em que todos os diagnósticos convergem em concordar que são exigentes os desafios que se colocam à sustentabilidade demográfica, social e económica do território.

Na área produtiva, constata-se a permanência de um tecido empresarial desagregado, diminuto, pouco competitivo e pouco empreendedor, embora com provas dadas de resiliência. Na esfera demográfica, verifica-se uma população decrescente e envelhecida, com baixos níveis de formação e cada vez mais exaurida, que obriga a um exercício ambicioso de fixação. A cooperação empresarial em torno da valorização de recursos endógenos, a melhoria de condições de contexto para fomentar o empreendedorismo e a criação de emprego e, finalmente, o combate ao “inverno” demográfico são os três grandes desafios em matéria de sustentabilidade para as Terras de Trás-os-Montes.

Assim, a estratégia de desenvolvimento para as Terras de Trás-os-Montes deve ter uma natureza efetivamente coletiva e transversal ao território, promovendo atuações conjuntas e articulando as atuações individuais de modo a valorizar os seus recursos endógenos de modo integrado.

Nos últimos anos, o território tem conhecido algumas atuações coletivas que merecem atenção, pois são reveladoras que a criação e redes de cooperação institucional e empresarial pode de facto contribuir para a criação de novas oportunidades de desenvolvimento com base nos recursos endógenos do território. Na vertente institucional, destacamos a Rota da Terra Fria Transmontana, projeto apoiado no quadro do anterior PROVERE, que mobilizou uma rede muito significativa de agentes turísticos locais e que permitiu aumentar significativamente a atratividade turística do território da Terra Fria e já com tradução real nos indicadores turísticos, embora ainda seja muito cedo para tirar conclusões. Na vertente empresarial, e num âmbito territorial e setorial distinto, podemos destacar a Rota do Azeite, iniciativa

acolhida também no PROVERE de primeira geração e projeto em rede de orientação privada que tem conseguido resultados muito relevantes em matéria de distribuição e comercialização internacional (espaço da lusofonia) do azeite e de outros produtos locais de grande qualidade, em particular da Terra Quente.

Estes dois exemplos são reveladores da importância da organização da oferta tanto na área do turismo como na dos produtos locais. A criação de redes colaborativas nas esferas institucional, empresarial ou mista podem ser apontadas hoje em dia como boas práticas de valorização económica de recursos endógenos nas Terras de Trás-os-Montes. Há aprendizagens realizadas pelos agentes locais, há capacidades e experiências adquiridas em matéria de organização coletiva em rede, mas há obviamente ainda muito a realizar e a consolidar.

A parceria estratégica que se está a construir no contexto do Consórcio, que será consubstanciada na Comissão Executiva do modelo de governança do PROVERE, também ela é tributária de um processo de aprendizagem que deixa sinais positivos para a execução da EEC. Obviamente, a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, as associações de municípios, os grupos de ação local e as instituições do ensino superior e da ciência e investigação que estão emparceiradas neste PROVERE têm que dar ainda muitos passos para que estas lógicas colaborativas e estas metodologias organizativas em rede passem a fazer parte das suas praxis. No entanto, a região iniciou um caminho e serão os resultados dessa sua caminhada que mostrarão a bondade e oportunidade do caminho iniciado.

Neste sentido, a fixação do foco-temático deste projeto no **turismo** justifica-se pela capacidade do setor induzir fatores de inovação na economia local e tirar partido do valor intangível de um conjunto de recursos endógenos que, de outro modo, teriam mais dificuldades de valorização económica. Estão neste caso os recursos endógenos relacionados com a biodiversidade, os recursos naturais, as áreas protegidas, os ofícios tradicionais, cultura e a tradição, a singularidade dos lugares e das suas comunidades, todos eles recursos que também se situam dentro do perímetro dos bens públicos.

Por sua vez, o turismo acaba por potenciar outros focos temáticos, que assim assumem um papel complementar da EEC, nomeadamente: 1) **os produtos locais e o agroalimentar**; e 2) a **identidade, cultura e criação artística**, setores de atividade que nos últimos anos viram nascer várias iniciativas de valorização de recursos endógenos por via da incorporação de novos

fatores de inovação e marketing e de novos conceitos de negócio, como ferramentas para a modernização das atividades tradicionais.

Neste sentido, as operações âncora propostas na EEC do PROVERE TTM não são tributárias de meros projetos turísticos. Elas são operações em que o turismo se desenvolve transversalmente ao território e cria sinergias e complementaridades com outros setores de atividade, sejam eles mais tradicionais ou mais inovadores. E o modo de garantir eficientemente essa transversalidade reside precisamente na capacidade de envolver e comprometer os agentes locais relevantes, turísticos e conexos, em lógicas de cooperação empresarial e institucional, que são o substrato das Rotas de temática turística que são candidatas neste PROVERE.

A pertinência desta candidatura justifica-se por todo o contexto económico e social existente no território, o qual continua a revelar inúmeros constrangimentos de desenvolvimento, já oportunamente identificados e diagnosticados em maior detalhe na secção anterior, entre os quais se destacam o crescente saldo migratório negativo, a saída dos jovens, o envelhecimento da população, a baixa qualificação dos recursos humanos, a reduzida capacidade empresarial, os baixos índices de inovação e desenvolvimento e a falta de tradição de cooperação estratégica entre os setores público e privado.

Mas existe também o reverso da moeda, pois esta região reúne também inúmeras potencialidades e competências. As TTM são detentoras de excelentes ativos paisagísticos, naturais, culturais, agrícolas e gastronómicos que a tornam singular e com enorme potencial de se afirmar no contexto nacional e até internacional, assim os agentes locais tenham engenho e sabedoria para os valorizar e rentabilizar.

É nesse contexto que a EEC PROVERE pode desempenhar um papel crucial, fazendo a ponte entre as duas realidades. O turismo, pela sua transversalidade, atratividade, rentabilidade, responsabilidade, complementaridade, efeito multiplicador e unificador, é a ferramenta indispensável à execução dos objetivos pretendidos. O setor é também o espaço da concretização de sonhos pessoais, de manifestações de entusiasmo e voluntarismo e de realização de negócios, pelo que congrega um conjunto muito diversificado de interesses que facilita o estabelecimento de pontos de convergência entre os *stakeholders*.

Em 2017 a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE das Terras de Trás-os-Montes foi aprovada com uma dotação total de **4.137.746,79 Euros**, que engloba cinco projetos âncora, com as seguintes dotações parciais:

PROJETO ÂNCORA	DOTAÇÃO
E-mob – Rede de Percursos das Terras de Trás-os-Montes	300.000,00 €
Rota da Terra Quente Transmontana	1.090.839,49 €
Rota da Terra Fria Transmontana	1.363.549,37 €
Marketing das Terras de Trás-os-Montes	1.176.470,59 €
Gestão e Dinamização do Consórcio EEC PROVERE TTM	206.887,34 €

E-MOB – REDE DE PERCURSOS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

O território das Terras de Trás-os-Montes apresenta características naturais, de ocupação humana e paisagísticas que proporcionam um quadro de enorme potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas ao ar livre. Mais a mais, existe um conjunto de linhas de caminho-de-ferro desativadas (os troços das linhas do Tua, a montante da cidade de Mirandela, e do Sabor, a montante do limite do concelho de Mogadouro) que constituem recursos endógenos que neste território estão claramente desaproveitados. Por outro lado, as atividades turísticas de ar livre, em contacto com a natureza e as comunidades locais, são um dos vetores mais dinâmicos do mercado turístico internacional e também uma tendência forte no mercado turístico nacional, sendo que as Terras de Trás-os-Montes reúnem vantagens competitivas que devem ser potenciadas neste contexto. Acresce que a EEC deste PROVERE identifica outra necessidade específica de intervenção, que é a interligação entre as duas Rotas da Terra Quente e da Terra Fria, sendo um projeto de mobilidade turística suave uma excelente oportunidade para a suprir. Ora, a presente operação vem ao encontro destas necessidades do território e do mercado turístico, integrando dois domínios de atuação:

1. Um domínio de inovação territorial: a CIM TTM estabeleceu uma parceria com o fabricante de bicicletas ORBITA para lançar nas Terras de Trás-os-Montes um ecossistema pioneiro de BTT elétrico, aproveitando as linhas de caminho-de-ferro desativadas e os respetivos patrimónios ferroviários. O BTT elétrico apresenta uma vantagem operacional muito significativa, pois implica níveis de investimento muito ligeiros ao nível das plataformas,

dado que o traçado irregular faz parte da experiência. A criação de uma oferta turística baseada no BTT elétrico é um projeto inovador em Portugal e, nos termos em que está pensado, será mesmo inovador a nível mundial, pelo que tem o potencial para constituir um fator de enorme atratividade turística no território, com impacto internacional. O ecossistema de BTT elétrico inclui as bicicletas de montanha elétricas e as respetivas estações de guarda e carregamento, assim como o desenvolvimento de dispositivos eletrónicos de apoio à navegação e visitação turística, criando assim uma experiência turística diferenciada e única no país;

2. Um domínio de estruturação da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes: o aproveitamento turístico das linhas de caminho-de-ferro desativadas na região tem o potencial de se constituir como um projeto verdadeiramente transversal à organização da oferta turística deste território. Com efeito, o **E-mob - rede de percursos das TTM** pressupõe a criação de uma hierarquia de percursos que será clara tanto para os agentes turísticos locais como também para os turistas:

i) os percursos estruturantes, a criar, que aproveitam os canais das linhas de Caminho de Ferro desativadas, que se constituirão como os grandes percursos de ligação e de integração da oferta turística regional. Nesta operação será dada prioridade, em face do investimento disponível, à linha do Tua, promovendo a sua classificação como grande rota (GR) e a sua articulação (interfaces) com a Rota da Terra Fria e a Rota da Terra Quente;

ii) e os percursos complementares, a reorganizar com base nos percursos pedestres existentes, que têm vindo a ser criados no âmbito municipal, mas que carecem de um levantamento, de uma hierarquização e de uma seleção com base num trabalho técnico subordinado a uma lógica supramunicipal, a realizar pelo IPB.

A articulação entre os percursos estruturantes e complementares será estudada do ponto de vista técnico, de modo a otimizar os pontos de contacto e a maximizar a cobertura do território.

Este projeto tem como objetivo:

- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, com a criação de um produto turístico transversal ao território, aglutinador dos outros dois projetos âncora de vocação turística deste PROVERE, com forte potencial atrativo e alinhado com os segmentos de mercado mais pujantes nos mercados turístico nacional e internacional;

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number 82.

- ✓ Criar novos fatores de atratividade direcionados para os segmentos de mercado do turismo ativo, do *touring* cultural e paisagístico e do turismo de natureza;
- ✓ Promover a internacionalização das TTM junto de segmentos de mercado especializados no turismo ativo, no *touring* cultural e paisagístico e no turismo de natureza e junto do mercado turístico de proximidade (mercado espanhol transfronteiriço);
- ✓ Promover lógicas de *cross selling* com destinos turísticos regionais relevantes: Douro e Gerês;
- ✓ Proporcionar aos turistas uma experiência turística inovadora e profundamente diferenciada no mercado, por via da introdução de um ecossistema de BTT elétrico apoiado na Rede de Percursos;
- ✓ Dinamizar a rede de percursos do ponto de vista turístico, mas também social, promovendo a apropriação desta pelas populações e promovendo dimensões transversais ao território como a promoção do envelhecimento ativo, da educação ambiental, da saúde preventiva, das artes paisagísticas, etc.;
- ✓ Atrair turistas com um perfil mais jovem através da introdução de uma linguagem turística alinhada com lifestyles mais irreverentes, ambientalmente conscientes e ativos;
- ✓ Promover o aumento do tempo de permanência de permanência dos turistas na região, de modo a aumentar as receitas turísticas e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego;
- ✓ Alavancar a criação de competências de gestão e tecnológicas na área da mobilidade elétrica nos centros de investigação & tecnologia da região, através do estabelecimento de parcerias com entidades líder a nível nacional.

ROTAS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – ROTA DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA

Este projeto terá como promotor a Associação de Desenvolvimento da Terra Quente (DESTEQUE) que possui um histórico de intervenção de mais de 20 anos nos municípios da Terra Quente e integra os concelhos de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor e ainda Carrazeda de Ansiães, que não pertence à NUTS III Terras de Trás-os-Montes e que por essa razão não integra o território de intervenção desta operação. A Desteque é um ator relevante do desenvolvimento turístico das Terras de Trás-os-Montes e possui uma experiência no terreno e um capital técnico e relacional que soube construir ao longo dos anos

b2
f
M
Quente
CF

na área do turismo que pode e deve ser colocado, agora, ao serviço de um projeto de desenvolvimento turístico que é transversal ao seu território de intervenção. Aproveitando o capital desta experiência, a Rota da Terra Quente vem ocupar uma necessidade de intervenção recenseada no território dos 4 municípios da chamada Terra Quente que pertencem às Terras de Trás-os-Montes, que é ausência de um produto turístico integrador das cadeias de valor locais, e simultaneamente transversal ao território, oferecendo aos turistas experiências mais completas do ponto de vista dos serviços propostos e mais imersivas no território. Para chegar à organização integrada e transversal da oferta turística local, a Desteque pretende aproveitar o seu conhecimento do terreno e dos seus atores, que muitas vezes são também os seus parceiros, para criar uma verdadeira rede cooperativa de agentes locais da área do turismo e dos setores conexos, ultrapassando dessa forma as atuações individuais muitas vezes desgarradas do território que têm sido habituais na região. Pretende-se que essa rede colaborativa seja a base para a definição e estruturação da Rota da Terra Quente, aproveitando os recursos turísticos endógenos e específicos deste território, que se distingue nas Terras de Trás-os-Montes pela influência mediterrânica. Em complemento à Rota da Terra Fria, a rota que se pretende criar vem assim suprir a carência de um produto turístico territorial organizado no território da Terra Quente e oferecer aos turistas que demandam as Terras de Trás-os-Montes. Trata-se, assim, de um novo produto turístico, assente nos valores identitários específicos da Terra Quente, mas simultaneamente com um papel estruturante na organização da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes.

Os objetivos deste projeto são:

- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, pela criação de um novo produto turístico fortemente identificado com uma realidade identitária específica, que até aqui não tem correspondência num produto turístico transversalmente organizado no terreno, contribuindo assim para reforçar o marketing-mix da Marca Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Organizar a oferta turística do subespaço da Terra Quente com base nos seus recursos turísticos e agentes locais específicos e num alinhamento com a identidade específica deste território e as dinâmicas turísticas já instaladas, contribuindo dessa forma para uma organização mais perceptível da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Segmentar a procura turística para a qual o território da Terra Quente Transmontana reúne melhor potencial de recursos e melhores condições de organização da oferta turística, nas vertentes da gastronomia e vinhos, do touring cultural e paisagístico e do

turismo rural, gerando assim condições para organizar a oferta turística de forma mais eficiente e eficaz, tendo em vista o potencial de mercado;

- ✓ Proporcionar aos turistas uma rede de experiências turísticas verdadeiramente diferenciadoras no mercado, por via da sua autenticidade (alinhadas com os valores do território), atratividade (competitivas no mercado em termos de relação preço/qualidade) e profissionalismo (orientadas para a criação de valor);
- ✓ Criar, a montante da oferta, a rede de cooperação empresarial que é vital para oferecer essa rede de experiências e convocar para esta rede outras entidades de carácter público e associativo que sejam relevantes do ponto de vista da organização turística;
- ✓ Atrair turistas com capacidade económica e elevado nível sócio-cultural e promover o aumento do seu tempo de permanência, de modo a aumentar as receitas turísticas na região e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego.

A concretização da operação/projeto desenvolve-se em cinco atividade:

Atividade 1. Organização da oferta e engenharia de produto para definir e estruturar a Rota da Terra Quente desenvolvimento de trabalhos técnicos conceptuais e trabalhos de aplicação com carácter piloto com os agentes locais parceiros, a envolver no projeto, com vista a criar propostas turísticas em rede para os segmentos da gastronomia e vinhos, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural de modo a distinguir a oferta turística baseada na cultura, na tradição e na gastronomia das Terras de Trás-os-Montes e de Portugal;

Atividade 2. Instituição do modelo organizativo da Rota: elaboração de estudo do modelo de gestão do produto turístico e sua implementação, de modo a promover a participação alargada de uma rede de aderentes, dentro de um quadro organizada e estável de governança e promotor de condições económico-financeiras que ofereçam sustentabilidade pós-financiamento comunitário;

Atividades 3. Animação turística da Rota: desenvolvimento de atividades de animação da Rota, de modo a proporcionar uma rede organizada de experiências turísticas fortemente criativas e identitárias, contribuindo para a valorização da oferta turística das TTM;

Atividades 4. Criação da Rede de Portas da Terra Quente: desenvolvimento do conceito da rede de "Portas da Terra Quente", nos concelhos envolvidos na operação - Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor - e, finalmente, a sua animação, dinamização e gestão em rede; complementa-se assim a rede de Portas da Terra Fria, criando

h2
pl
d
4

condições para que estas duas redes de hospitalidade venham a ser promovidas, dinamizadas e geridas em conjunto sob a marca das Terras de Trás-os-Montes num futuro próximo;

Atividades 5. Dinamização social e turística da Rota junto dos seus turistas-alvo: inclui ações de incentivo da Rota nas redes sociais virtuais e *bloggers* especializados nas viagens e turismo e na gastronomia e também a representação em feiras e certames relevantes nos seus mercados-alvo.

ROTAS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – ROTA DA TERRA FRIA TRANSMONTANA

Este projeto terá como promotor a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano que desenvolveu nos últimos anos o projeto da Rota da Terra Fria, com bons resultados em termos da organização da oferta e do ganho de notoriedade da marca e do território nos segmentos em que se posiciona. No quadro da primeira geração de PROVERE foi realizada a consolidação da Rota nos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais e a sua expansão ao concelho de Mogadouro. Por outro lado, foi realizado um forte investimento na criação de uma rede de Portas que abrange todos os concelhos e concretizou-se uma forte aposta na notoriedade da Rota através da campanha das escapadinhas. No quadro desta campanha, lançou-se, ainda a título experimental, uma rede de parceiros turísticos que envolveu mais de 50 aderentes. A campanha assentou num esforço de organização da oferta turística da Rota, em que colaboraram agentes de *incoming* e animação turística, pelo que foi também o campo de experimentação de uma abordagem mais profissionalizada da engenharia de produto e da distribuição e comercialização da Rota enquanto produto turístico. É este capital de competências, experiência e resultados que importa agora valorizar e projetar do ponto de vista da evolução do projeto no sentido de uma maior qualificação, profissionalização e internacionalização. Desta forma, a Rota da Terra Fria pode continuar a suprir duas necessidade de intervenção recenseadas no território específico dos municípios associados da AMTFNT, que são a fragilidade da integração do turismo nas cadeias de valor locais e a crescente necessidade de colocar no mercado novas experiências para dotar o produto de mais e melhores atrativos, sendo necessário criar e organizar experiências turísticas mais completas do ponto de vista dos serviços propostos e mais imersivas no território. A AMTFNT pretende aproveitar o seu conhecimento do terreno e dos seus atores, alguns dos quais já constituídos em parceiros no quadro da campanha das escapadinhas, de modo a criar uma verdadeira rede cooperativa de agentes locais da área do turismo e dos setores conexos, ultrapassando dessa forma as atuações individuais muitas

vezes desgarradas do território que não contribuem para a qualificação, a profissionalização e a internacionalização da sua oferta turística, fragilidades que devem ser agora debeladas. Sendo hoje um dos produtos turísticos mais consolidados da marca "Terras de Trás-os-Montes", a Rota da Terra Fria, assente nos valores identitários específicos da Terra Fria, onde releva a extensão da área territorial classificada como património natural (com destaque para os dois Parques Naturais de Montesinho e do Douro Internacional), terá um papel estruturante na organização da oferta turística das TTM, complementando a Rota da Terra Quente que será definida e estruturada também no quadro deste PROVERE.

Os objetivos principais na concretização deste projeto são:

- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, pela dinamização de um produto turístico fortemente identificado com uma realidade identitária específica, contribuindo assim para reforçar o marketing-mix da Marca Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Capacitação de novo modelo organizativo da Rota da Terra Fria (RTF), assente numa participação efetiva e responsabilizante dos agentes turísticos locais e conexos num alinhamento com a identidade própria deste território, contribuindo dessa forma para uma organização mais profissional da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Qualificar a oferta turística da RTF, criando novos fatores de atratividade direcionados para os segmentos de mercado em que a Rota se posiciona;
- ✓ Segmentar a procura turística para a qual o território da Terra Fria reúne melhor potencial de recursos e melhores condições de organização da oferta turística, nas vertentes do Turismo de Natureza, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural, gerando assim condições para organizar a oferta turística de forma mais eficiente e eficaz, tendo em vista o potencial de mercado;
- ✓ Estimular a internacionalização da RTF junto de segmentos de mercado especializados no turismo de natureza e junto do mercado turístico de proximidade (mercado espanhol transfronteiriço);
- ✓ Proporcionar aos turistas uma rede de experiências turísticas verdadeiramente diferenciadoras no mercado, por via da sua autenticidade (alinhadas com os valores do território), atratividade (competitivas no mercado em termos de relação preço/qualidade) e profissionalismo (orientadas para a criação de valor);
- ✓ Capactar, a montante da oferta, a rede de cooperação empresarial que é vital para oferecer essa rede de experiências e convocar para esta rede outras entidades de

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'JR' and a large signature.

caráter público e associativo que sejam relevantes do ponto de vista da organização turística;

- ✓ Atrair turistas com capacidade económica e elevado nível sócio-cultural e promover o aumento do seu tempo de permanência, de modo a aumentar as receitas turísticas na região e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego.

A concretização da operação/projeto desenvolve-se em cinco atividade:

Atividade 1. Capacitação do modelo organizativo implementado: adequação do modelo de gestão da RTF à atual realidade do projeto, mais participado pelos parceiros aderentes e mais profissionalizado, com vista a responsabilizar progressivamente os agentes locais parceiros na gestão operacional da RTF;

Atividade 2. Reforço da atratividade turística da Rota: criação de novas atrações turísticas no contexto da RTF de modo a torná-la mais atrativa, mais satisfatória e mais memorável para os turistas. Nos concelhos do Parque Natural de Montesinho, as novas atrações turísticas estão relacionadas com a criação de parques de atividades ligadas à natureza (na cidade de Bragança e no Parque Biológico de Vinhais). Nos concelhos do planalto mirandês, os investimentos estão relacionados com a ruralidade e com a tradição identitária da pecuária e visam a criação de atrações ligadas ao turismo rural (Centro Interpretativo das raças autóctones de Trás-os-Montes do Posto zootécnico de Malhadas / recintos tradicionais de feiras de gado de Mogadouro). No caso de Vimioso, pretende-se melhorar as condições de oferta das Termas da Terronha, em face da crescente procura existente;

Atividade 3. Profissionalização da dinamização turística da Rota: desenvolvimento de atividades de dinamização e animação da oferta turística de modo a proporcionar uma rede organizada de experiências turísticas fortemente criativas e identitárias, contribuindo para a capacitação e a profissionalização da oferta turística regional;

Atividade 4. Dinamização da Rede de Portas da Rota: animação, dinamização e gestão em rede das Portas de modo a torná-las espaços vivos da oferta turística da Rota e locais privilegiados para a representação das comunidades e para a promoção dos produtores locais de produtos de qualidade; com a criação da rede de Portas da Terra Quente serão geradas condições para que estas duas redes de hospitalidade venham a ser promovidas, dinamizadas e geridas em conjunto sob a marca das Terras de Trás-os-Montes;

Atividade 5. Dinamização social e turística da Rota junto dos seus turistas-alvo: inclui ações de incentivo da RTF nas redes sociais virtuais, bloggers e órgãos de comunicação social

A
12
PN
Cf

tradicionais especializados nas viagens e turismo e na natureza assim como ações de relações públicas, representação (feiras, certames promocionais...) e incentivos (famtrips, visitas educacionais...) direcionados aos targets específicos do projeto, de modo a obter a visibilidade e o reconhecimento dos mercados-alvo da Rota e a iniciar uma presença internacional.

MARKETING DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Este projeto será desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. O principal objetivo desta operação prende-se, de forma inequívoca, com a valorização da marca "Trás-os-Montes" e com a criação de novas oportunidades de geração de valor para todos os agentes institucionais e empresariais que estão apostados no aproveitamento dos recursos endógenos regionais através de um veículo comunicacional e promocional de forte perfil identitário.

Paralelamente, é também objetivo da operação o aumento dos níveis de notoriedade do território e dos seus produtos de qualidade, de modo a atrair mais turistas e visitantes, a captar mais investimentos e iniciativas e a promover a subida sustentada na escala de valor dos produtos locais que vierem a identificar-se com um certo modo de ser e de estar (lifestyle) transmontano projetado com modernidade.

Secundariamente, há também um propósito de experimentação de uma abordagem de comunicação e marketing inovador e num certo sentido disruptivo relativamente às práticas seguidas na região. De facto, pretende-se profissionalizar a abordagem de comunicação e marketing, criando na CIM TTM um centro de competências nestas áreas que fará uso de abordagens de comunicação e marketing inovadoras e que, simultaneamente, será partilhado com os membros do consórcio de modo a articular atuações comunicacionais e promocionais verdadeiramente coletivas.

A operação articula-se em torno de três atividades principais:

Atividade 1. Criação de competências de comunicação e marketing na CIM TTM, através do enquadramento, da capacitação e da alocação à EEC do PROVERE de profissionais nas áreas da comunicação social, do marketing, das relações públicas e das relações internacionais;

Atividade 2. Estabelecimento de parcerias estratégicas com as entidades de âmbito regional e nacional que sejam preponderantes para a projeção externa das TTM nas áreas estratégicas do turismo, dos produtos locais e da cultura (AICEP, ERT Porto e Norte de Portugal, Agências de Promoção Turística do Norte, etc.) de modo a partilhar custos de

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number '4'.

promoção interna e externa e a favorecer uma abordagem mais profissionalizada aos mercados estratégicos da região;

Atividade 3. Execução do Plano de Marketing Territorial das TTM, já elaborado pela CIM, onde se incluem ações relevantes para a projeção e a percetibilidade da região, ações de relações públicas, ações de captação de investimentos e iniciativas e a presença seletiva em feiras nacionais e internacionais. Exemplos destas ações, elencadas no Plano, são:

- ✓ Criação da identidade da marca das Terras de Trás-os-Montes, "umbrella" dos produtos e serviços, das iniciativas e atividades e dos projetos promovidos pela CIM e pelos respetivos municípios, pelas entidades públicas regionais e mesmo pelos agentes privados nos vários sectores de atividade, que poderiam passar a integrar nos seus instrumentos de comunicação e marketing a marca unificadora das "Terras de Trás-os-Montes". Esta identidade seria um fator conciliador e integrador das estratégias de comunicação e marketing dos projetos âncora deste PROVERE;
- ✓ Promoção da imagem de marca "Trás-os-Montes" tendo em vista a sua aplicabilidade nos mais diversos suportes e produtos;
- ✓ Criação dos embaixadores de Trás-os-Montes (anualmente deve-se seleccionar duas figuras públicas, preferencialmente com ligações à região, que pela sua exposição mediática sejam veículos da marca);
- ✓ Criação de linha de merchandising atrativa e inovadora baseada na marca Trás-os-Montes que vá além do habitual merchandising, podendo convidar para o efeito vários artistas transmontanos e outros com créditos no mercado para reforçar a marca (p.ex: pintores, designers);
- ✓ Criação e edição de bibliografia temática (gastronomia, cultura, etc) com apoio de escritores transmontanos (p.ex: José Rentes de Carvalho);
- ✓ Criação e produção de documentários ligados à natureza e vida selvagem em Trás-os-Montes por equipas experientes que possam colocar esses conteúdos em programas dessa temática em canais de sinal aberto e canais por cabo (p.ex: SIC e National Geographic);
- ✓ Recolha e interpretação do património material e imaterial de Trás-os-Montes, com enfoque sobre as manifestações diretamente relacionadas com os produtos locais, a gastronomia e os vinhos, com o intuito de enquadrar as ações de promoção integrada, promovendo a transferência de conhecimento e uma melhor interação com os diferentes públicos;

12
F

- ✓ Identificar e promover ações de representação, interna e externa, em certames e eventos do setor, otimizando meios e recursos na projeção da marca Trás-os-Montes;
- ✓ Promoção integrada dos produtos locais de qualidade da região (azeite, vinho, frutos secos e frutos frescos, castanha, enchidos, mel, pão e doçaria, etc.);
- ✓ Promoção dos produtos turísticos organizados em redes de agentes turísticos locais (turismo ativo, turismo de natureza, pedestrianismo, turismo em espaço rural, gastronomia e vinhos, turismo cultural, etc.);
- ✓ Organização de vários eventos, tais como workshops, fóruns de inovação, mercados de rua, feiras tradicionais, concursos gastronómicos, provas, concertos, exposições, organização de visitas a quintas e produtores da região
- ✓ Divulgação dos eventos e atividades relacionadas com este projeto através dos meios de comunicação social, dos canais web e pela conceção de desdobráveis informativos.

GESTÃO E DINAMIZAÇÃO DO CONSÓRCIO EEC PROVERE TTM

A presente candidatura tem como promotor a CIM das Terras de Trás-os-Montes.

Trata-se de uma operação relevante para o bom funcionamento do modelo de governação do Consórcio que suporta a EEC do PROVERE TTM, como aliás está implicitamente reconhecido no próprio aviso do PROVERE, que prevê explicitamente a elegibilidade dos custos e despesas relacionados com a gestão, coordenação e avaliação dos consórcios. A otimização do modelo de governação do Consórcio, definindo papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão e dos próprios membros do Consórcio, permite melhorar a eficiência da articulação entre os promotores das operações âncora entre si, no seio do Conselho Intermunicipal, e entre estes e os promotores de operações complementares, no quadro global do Programa de Ação. A estabilização das relações de liderança, atribuindo ao Chefe de Consórcio um papel mais coordenador e dinamizador e menos centralizador e controlador, constitui uma condição para a responsabilização do consórcio no contexto das parcerias público-privadas, público-público e privadas-privadas que vierem a ser desenvolvidas no seio da rede de atores do consórcio. Trata-se, afinal, de gerar competências de trabalho e decisão em rede que são fundamentais para a capacitação institucional de TTM, promovendo uma estratégia de especialização inteligente no território, capaz de lidar com a realidade diagnosticada da baixa densidade.

As principais atividades desta operação são:

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'F' and several initials.

Atividade 1: *Dinamização e gestão do Consórcio da Estratégia de Eficiência Coletiva do PROVERE TTM:*

Esta primeira atividade está centrada na governança do consórcio do PROVERE e tem como principal função a dinamização do trabalho coletivo em rede entre os vários órgãos e parceiros subscritores deste PROVERE, estimulando as práticas de networking entre os consortes e o envolvimento responsável de um núcleo duro de consortes, envolvidos especialmente na execução das operações âncora, a quem serão atribuídas funções executivas no quadro da gestão, coordenação e avaliação do PROVERE;

Atividade 2: *Promoção e divulgação da Estratégia de Eficiência Coletiva do PROVERE TTM:*

Esta atividade tem como foco principal as tarefas relacionadas com a promoção e divulgação do PROVERE TTM, internamente, junto dos membros do consórcio e, externamente, no território de intervenção, de forma abrangente e transversal aos seus vários setores de interesse;

Atividade 3: *Acompanhamento, monitorização e auto-avaliação:*

O sucesso da EEC do PROVERE está também dependente da reunião de informação crítica com vista a melhorar, a corrigir e a acomodar as várias dimensões do Projeto, pelo que se considera importante individualizar as tarefas de acompanhamento, monitorização e auto-avaliação, envolvendo e responsabilizando todos os membros do consórcio. Subsidiariamente, esta atividade tem também a finalidade de assegurar informação pertinente e atualizada com vista a assegurar todo o reporte com a Autoridade de Gestão.

Durante o ano 2018, foram apresentadas e aprovadas as seguintes candidaturas, cujo promotor é a CIM-TTM:

- ✓ Gestão e Dinamização do Consórcio EEC PROVERE TTM
- ✓ Comunicação e Marketing das Terras de Trás-os-Montes.

O parceiro AMTFNT também submeteu a candidatura “Qualificação, profissionalização e internacionalização da Rota da Terra Fria”. A par desta candidatura, os municípios de Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais também submeteram as suas candidaturas individuais que se enquadram no projeto global da AMTFNT.

O parceiro DESTEQUE também submeteu a candidatura “Definição e Estruturação da Rota da Terra Quente”. A par desta candidatura, o município de Macedo de Cavaleiros também submeteu a sua candidatura.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'F' at the bottom.

CARTA INTERMUNICIPAL DE DESPORTO DE NATUREZA DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

No âmbito do Aviso aberto pelo Norte 2020, para apresentação de candidaturas, a CIM-TTM candidatou uma operação designada “Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes (CIDN TTM)”.

A CIDN TTM pretende ser um instrumento de ordenamento e planeamento dedicado às práticas desportivas em contacto com a Natureza que inaugura uma visão à escala intermunicipal desta problemática nas Terras de Trás-os-Montes, que a CIM TTM considera a mais adequada para cumprir dois objetivos centrais: 1) potenciar o crescimento destas modalidades em termos de fluxos de praticantes e de realizações, de modo a promover o desenvolvimento turístico e económico e social em geral; e 2) promover valores de sustentabilidade e de responsabilidade entre os praticantes e as várias entidades envolvidas nestas práticas, de modo assegurar duravelmente a preservação dos ecossistemas e a valorização do património natural.

A CIDN TTM contempla, no âmbito do seu desenvolvimento metodológico, a realização de um conjunto de trabalhos de diagnóstico, de elaboração de propostas específicas com base descritiva e cartográfica e de formulação de recomendações para o desenvolvimento harmonioso das modalidades desportivas de natureza.

A CIDN TTM é precedida de um Estudo Prévio que pretende ser um momento 0 de validação de metodologias e de fontes de informação tendentes à elaboração das várias propostas específicas, em formato descritivo ou cartográfico (ocupação do solo, declives, exposição de vertentes, bacias de visão, modalidades desportivas e desporto de natureza da CIM-TTM).

Num primeiro momento, de diagnóstico, pretende-se:

- 1) a identificação e a localização das áreas com maior aptidão para a prática desportiva nas várias modalidades de desporto de natureza com potencial nas Terras de Trás-os-Montes;
- 2) o recenseamento das instalações desportivas e de infraestruturas relevantes, como sejam os acessos, os locais de estacionamento e algumas infraestruturas de

Handwritten notes in blue ink: "pr", "pa", "gl", "fn", and a large "F".

qualificação da fruição desportiva na Natureza (parques de merendas, zonas de lazer e descanso, pontos de interesse paisagístico, praias fluviais, etc.);

3) e, igualmente, os equipamentos de suporte aos praticantes destas modalidades, como sejam o alojamento e a restauração, os postos de informação turística e os postos de combustível, entre outros que na elaboração do estudo deverão ser identificados.

Num momento de elaboração de propostas específicas, e tendo em conta: 1) o potencial dos territórios para as várias modalidades; e 2) a defesa e preservação dos ecossistemas mais sensíveis; a Carta deve referenciar os locais inseridos em meio natural mais propícios – e também aqueles que devem estar interditos/ condicionados – à prática desportiva.

No quadro de elaboração de propostas, deverá também ser elaborada cartografia específica de caracterização e utilização do solo, à escala de 1/25.000, com indicação de georreferenciação e baseada em programas e ferramentas de SIG.

Em suma, perspetivando-se a identificação de um elevado leque de atividades, urge:

- 1) Hierarquizar as mesmas em função do seu potencial / restrição de concretização;
- 2) Programá-las de acordo com as épocas mais adequadas à sua prática;
- 3) Estabelecer critérios e limites de fruição desportiva, face à capacidade de carga dos locais; e
- 4) Identificar todas as necessidades de sinalética, de infraestruturação “verde” e de homologação / certificação.

A CIDN TTM encontra-se em fase de finalização, prevendo-se que seja apresentada no final do primeiro trimestre de 2019.

Esta operação contempla também um Festival de Natureza que se poderá consubstanciar numa prova ou num encontro relacionado com a temática dos desportos de natureza, o qual se prevê seja realizada até finais de 2019

TRÁS-OS-MONTES NATURA

No âmbito do Aviso aberto pelo Norte 2020, para apresentação de candidaturas, a CIM candidatou uma operação designada “Trás-os-Montes Natura”. Com esta operação procura-se definir uma rede de locais de visitação por excelência, onde a probabilidade de observação de

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the letter 'Cf'.

elementos de elevado valor ecológico, característicos da região e das a(s) área(s) classificada(s) onde se insere (espécies como veados, aves rupícolas, espécies florísticas raras de grande valor estético e conservacionista, bosques autóctones bem conservados e específicos desta região ou paisagens extraordinárias), é elevada.

Por forma a garantir a adequada seleção dos locais de visitação, a definição das melhores épocas, horários e condições para visitação, e simultaneamente preservar os pontos mais importantes para a conservação da biodiversidade e detetar potenciais ameaças, serão realizadas caracterizações atualizadas da biodiversidade das áreas de visitação, contribuindo deste modo para o aumento do conhecimento sobre a biodiversidade local e para a avaliação do seu atual estado de conservação.

No âmbito desta operação é proposto a definição de 9 elementos de elevado valor ecológico, associados a 9 percursos pedestres e 9 pontos de visitação (um por município). Todos os percursos e locais de visitação definidos encontram-se localizados em zonas classificadas. A definição destes locais específicos permitirá fornecer aos visitantes um local de referência para a interpretação da área classificada, tendo como ponto de partida uma espécie, habitat ou paisagem singulares, definidoras da área em questão.

A recolha desta informação servirá de base para a elaboração de conteúdos e implementação de um plano completo de comunicação capaz de alcançar públicos variados, nacionais e estrangeiros, bem como agentes turísticos interessados em trabalhar na região. Esta recolha será igualmente importante para a elaboração de um modelo de gestão com vista à conservação dos valores naturais identificados e manutenção das infraestruturas turísticas promovidas no âmbito da operação.

Serão desenvolvidos esforços no sentido de captar todos os potenciais públicos-alvo do turismo de natureza (turismo ecológico, *touring* e pedestrianismo em espaço natural e turismo de aventura), com particular ênfase para o público estrangeiro.

No âmbito desta operação, encontra-se em terminada a atividade referente à “Caraterização Biofísica dos Trilhos e Pontos de Observação”, ponto de partida crucial para o desenvolvimento do projeto.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "A." and a signature.

No início de 2019 foram contratadas as restantes ações, nomeadamente para o “Desenvolvimento de uma aplicação para Smartphone de interpretação de Trilhos Pedestres” e para a “Elaboração do Plano de Comunicação do Projeto “Trás-os-Montes Natura”.

TRANSPORTES

No âmbito dos transportes, com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2015, de 9 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e revoga a Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, e o Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948), a CIM-TTM é autoridade de transportes, para as carreiras intermunicipais e recebeu a competência de todos os municípios da CIM, com a exceção de Bragança, que delegaram a responsabilidade de Autoridade de Transportes Municipais na CIM-TTM.

No dia 22 de março de 2018 foi assinado o contrato de prestação de serviços de assessoria técnica para a “**Elaboração do Plano Operacional de Transportes Públicos das Terras de Trás-os-Montes**”. Até 3 de dezembro de 2019, este Plano terá que estar implementado, cabendo à CIM-TTM desenvolver todos os estudos e procedimento de contratação necessários ao cumprimento da regulamentação em vigor.

Ainda na área dos transportes, ao abrigo de uma candidatura do Fundo para o Serviço Público de Transportes, promoveu-se no final do ano 2018 a “**Implementação de um Sistema Evolutivo de Planeamento, Recolha de Informação e Gestão de Redes na CIM-TTM**” que irá auxiliar a CIM-TTM na gestão deste setor.

PLANO MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL [PAMUS]

Como se referiu anteriormente, o setor dos transportes assumiu uma relevante importância, pelo que foi adjudicada a elaboração do **Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável [PAMUS]**. Este plano visa promover as estratégias de baixo teor de carbono, nomeadamente, nas zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável.

Trata-se de um documento de referência para o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano dos municípios da região.

h2
F

Neste contexto, a CIM-TTM promoveu uma candidatura que tem como objetivo a implementação de um sistema inteligente de transporte a pedido no território, fortemente caracterizado pela baixa densidade populacional. Resumidamente, o projeto decompõe-se em três ações:

- Desenvolvimento do Plano Operacional de Transportes das Terras de Trás-os-Montes;
- Materialização do processo de implementação/contratualização do sistema de transporte a pedido;
- Aquisição de equipamento para implementação de um sistema de transporte inteligente (gestão, monitorização e informação do sistema de transporte a pedido).

A implementação do transporte flexível, visando um sistema de mobilidade sustentável, promovendo a eficiência energética, a redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa e a competitividade dos transportes públicos face ao transporte individual é o objetivo principal deste projeto, que se encontra perfeitamente alinhado com o PAMUS.

COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Atendendo à localização geográfica da CIM-TTM, a cooperação transfronteiriça constitui uma oportunidade de estabelecer projetos com entidades que se localizam do outro lado da fronteira, envolvendo distâncias relativamente curtas.

A cooperação transfronteiriça poderá englobar todo o tipo de atividades normais das comunidades locais e regionais, como o desenvolvimento económico, o ordenamento do território, o turismo e lazer, a formação profissional, o transporte, a proteção ambiental, entre outras.

FRONTUR

A este nível, embora a CIM-TTM tenha apresentado diversas candidaturas, apenas foi aprovado o projeto FRONTUR, que se enquadra na área de cooperação Norte de Portugal-Castela e Leão e no Eixo Prioritário 3 – Crescimento Sustentável através da cooperação transfronteiriça para a Prevenção de Riscos e Melhoria da Gestão dos Recursos Naturais.

Handwritten notes in blue ink, including a large 'F' and some illegible scribbles.

No âmbito da **atividade 1 – Iniciativas e Ações para a Gestão Coordenada dos Recursos e Itinerários baseados nos Recursos Ambientais e Culturais Comuns e Promoção Conjunta de Fronteira**, a CIM-TTM desenvolveu parte das seguintes ações:

- **Ação 3: Jornadas Conjuntas de Promoção dos Produtos Autóctones**, tendo sido organizada uma visita de produtores e empresas transformadoras da região ao III Festival del Arándano, em Villaviciosa, nos dias 27 a 29 de julho.

- **Ação 4: Atividades de promoção do turismo**. No contexto desta ação foi efetuado o levantamento, registo fotográfico e texto descritivo das praias fluviais desta região transfronteiriça, com o objetivo a elaboração de uma publicação conjunta sobre as praias do interior que se encontram em ambos os lados da fronteira. Financeiramente, o custo da atividade é de 6.150 Euros, encontrando-se executado 50% do valor.

Importa referir que se procedeu à contratação da **ação 1** da mesma atividade 1, correspondente à “Elaboração do Inventário e Mapa Turístico Zamora/Trás-os-Montes” que tem como objetivo a divulgação conjunta do património e recursos turísticos singulares desta região. À data da elaboração do presente relatório de gestão, este trabalho já se encontrava em curso.

ORGANISMO INTERMÉDIO DO NORTE 2020

A consagração no Tratado de Lisboa do objetivo de **coesão territorial** a par com os objetivos de **coesão económica** e **social** determinou que ao território fosse prestada uma atenção redobrada na política de coesão pós 2013. As questões territoriais são assumidas com acrescida centralidade nos documentos comunitários que enquadram e regulam a preparação e a execução do ciclo de programação financeira da U.E. para 2014-2020.

Em linha com os objetivos traçados pela U.E., durante o ano 2014 foi preparado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, bem como a Estratégia Intermunicipal de Desenvolvimento Territorial. Estes documentos de extrema importância para a CIM-TTM deram lugar ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial [Pacto].

O Pacto foi celebrado em Guimarães, no dia 5 de agosto de 2015, entre a CIM-TTM e as Autoridades de Gestão do Programa Operacional do Norte, do Programa Operacional

162
620
Cf
Pereira

Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020.

O Pacto envolve uma dotação financeira de **58.122.943,23 Euros** de fundos comunitários até 2020, distribuídos pelas prioridades que se apresentam no quadro abaixo.

Prioridade de Investimento (PDI)	Programa Operacional	FEADER	FSE	Fundo de Coesão	FEDER	Valor Total
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infância, a cultura em linha e a saúde em linha	PO NORTE	2.986.289,17				2.986.289,17
03.004 - Investimentos em ativos físicos	PER 3030			4.153.740,05		4.153.740,05
04.05 - A concessão de apoio à eficiência energética, a fontes renováveis de energia e a utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	PO NORTE	5.790.174,28				5.790.174,28
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência dos ecossistemas e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	PO SEUR			522.780,00		522.780,00
05.04 - Investimentos no setor dos recursos humanos e no setor da qualificação no âmbito estrutural de cariz a atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses serviços	PO SEUR			100.125,00		100.125,00
06.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	PO NORTE		0.734.485,76			0.734.485,76
06.06 - A concessão de apoio ao desenvolvimento das viaturas de empresas e o apoio à atividade por conta própria, de microempresas e à criação de empresas	PO NORTE	2.675.064,02				2.675.064,02
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO NORTE		9.900.802,77			9.900.802,77
09.04 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO SE		274.080,19			274.080,19
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços compatíveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	PO SE		1.512.387,93			1.512.387,93
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria de acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	PO NORTE	3.355.828,33				3.355.828,33
10.04 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo processos de aprendizagem formal, não formal e informal para a reintegração no ensino e na formação	PO NORTE		5.415.316,73			5.415.316,73
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	PO NORTE	12.750.000,00				12.750.000,00
Total		27.491.255,90	21.945.072,30	525.875,00	4.153.740,05	58.122.943,23
Total PO NORTE		27.491.255,90	21.945.072,30			51.596.041,06
Total PER 3030				4.153.740,05		4.153.740,05
Total PO SEUR				622.905,00		622.905,00
Total PO SE			1.786.467,12			1.786.467,12

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Assim, ao longo do ano 2018, a CIM-TTM afirmou-se enquanto organismo intermédio na gestão das candidaturas e avançou na execução das operações em que é promotora.

Foram analisadas diversas candidaturas e pedidos de pagamento, bem como reprogramações (físicas, financeiras e temporais) solicitadas pelos diferentes promotores.

Handwritten notes in blue ink, including the letters 'AC' and a signature.

OUTRAS ATIVIDADES

A CIM-TTM integra a Comissão Permanente do Conselho Regional, que tem por missão acompanhar as atividades da CCDR-N e a execução dos programas operacionais de financiamento comunitário, pronunciando-se sobre os planos e programas de desenvolvimento regional.

A CIM-TTM participou, a convite da Cap Magellan, no São Martinho 2018 - Fête de la no dia 14 de novembro, em Paris. A Cap Magellan é uma associação de jovens lusófonos e luso descendentes que têm como objetivo promover a língua e cultura portuguesa.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento da receita teve uma execução correspondente a 40,3% e a despesa apresentou uma execução correspondente a 42,27%. Poder-se-á dizer que apresenta um nível de execução que ainda não é o que se pretende, mas que, face ao ano anterior teve um aumento de aproximadamente 236%.

Este nível de execução é explicado pelo facto de se ter iniciado algumas contratações, de valor considerável face ao orçamento da CIM-TTM, mas que não se contrataram ou não iniciaram a execução no ano 2018, devido à demora na sua tramitação, como o facto de se terem excluído todas as propostas, por exemplo.

5 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económica e financeira sintetiza os resultados obtidos pela CIM-TTM, bem como a sua situação patrimonial e financeira a 31 de Dezembro de 2018.

5.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As contas relativas ao exercício económico de 2018 foram encerradas tendo sido apurado um **resultado líquido positivo de 145.874,91 Euros**, registando um decréscimo face ao ano anterior.

O **Resultado Líquido** é formado pelas seguintes componentes:

Designação	31.12.2017	31.12.2018
Resultados Operacionais	-294.593,07€	-269.363,15€
Resultados Financeiros	-354,60€	0,53€
Resultados Correntes	-294.947,67€	-269.362,62€
Resultados Extraordinários	172.257,10€	415.237,53€
Resultado Líquido do Exercício	-122.689,97€	145.874,91€

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'F' at the bottom.

5.1.1. RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais têm a seguinte composição:

Designação	31.12.2017	31.12.2018
Custos Operacionais		
Fornecimentos e Serviços Externos	381.517,51€	494.372,25€
Custos com Pessoal	188.824,92€	291.767,21€
Transferências e Subs. Concedidos	101.135,07€	89.771,44€
Amortizações	197.269,86€	440.028,21€
Outros custos e perdas operacionais	204,00€	0,00€
Total Custos Operacionais	868.851,36€	1.315.939,11€
Proveitos Operacionais		
Vendas e Prestações de Serviços		
Impostos e taxas		
Transferências e Subsídios Obtidos	574.358,29€	1.046.575,96€
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		
Total dos Proveitos Operacionais	574.358,29€	1.046.575,96€
RESULTADOS OPERACIONAIS	-294.593,07€	-269.363.15€

Da análise do quadro acima, verifica-se um decréscimo do prejuízo dos resultados operacionais, ou seja, uma melhoria nos resultados comparativamente ao ano anterior.

Do lado dos custos, regista-se um aumento significativo nos custos com pessoal, devido à contratação de técnicos superiores, bem como um aumento nas amortizações, provocado pelo investimento efetuado no corrente ano e nos anos anteriores, e um acréscimo nos fornecimentos e serviços externos. Do lado dos proveitos, é registado um enorme aumento do valor das transferências e subsídios obtidos.

Se por um lado os custos aumentaram devido à maior execução dos projetos e objetivos que a CIM se propôs executar, importa registar que houve um esforço assinalável na justificação dos custos junto das autoridades de gestão dos programas operacionais, tendo-se registado um aumento de 182% no valor das transferências e subsídios obtidos.

Deste modo, se analisarmos os resultados operacionais expurgados do custo das amortizações, que é um custo “invisível” no que diz respeito aos cash-flows, verificamos que os resultados são positivos.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

5.1.2. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros foram de 0,53 Euros, os quais têm a seguinte composição:

Designação	31.12.2017	31.12.2018
Proveitos Financeiros		
Proveitos e ganhos financeiros	10,88€	2,58€
Total de Proveitos Financeiros	10,88€	2,58€
Custos Financeiros		
Custos e Perdas Financeiras	365,48€	2,05€
Total dos Custos Financeiros	365,48€	2,05€

Da análise do quadro acima regista-se um aumento dos resultados financeiros. Os custos financeiros respeitam à manutenção da conta bancária da CIM-TTM.

Quanto aos proveitos financeiros, no valor de 2,05€, resulta da remuneração do saldo médio da conta à ordem.

5.1.3. RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários correspondem ao valor do co-financiamento comunitário associado ao imobilizado. Este valor tem correspondência directa com as amortizações, isto é, à amortização corresponde um custo e ao co-financiamento das aquisições de imobilizado corresponde um proveito.

5.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE TERCEIROS

A CIM-TTM a 31.12.2018 não registava dívidas de terceiros.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS

Designação	31.12.2017	31.12.2018
Dívidas de Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo		
Fornecedores c/c	37.348,87€	214.935,51€
Fornecedores de imobilizado	102.324,06€	179.272,50€
Estado e outros entes públicos	4.726,97€	5.829,56€
Administração Autárquica	81.135,03€	0,00€
Total	225.534,93€	400.037,57€

Relativamente à dívida a terceiros, trata-se de valores que se encontravam em trânsito à data de 31.12.2018.

INDICADORES DE GESTÃO

	31.12.2017	31.12.2018
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Activo total líquido)	0,31	0,21
Solvabilidade (Total de fundos próprios / Total do Passivo)	0,45	0,26
Liquidez Geral (Existências + Disponibilidades + Dividas de Terceiros a c.p. /Passivo de c.p.)	0,91	0,66

Pela análise dos indicadores de gestão acima indicados pode concluir-se que a situação financeira da CIM-TTM é estável. A autonomia financeira que mede a solvabilidade da entidade através da determinação da proporção dos activos que são financiados com capital próprio apresenta um valor considerado aceitável. Quanto à solvabilidade e liquidez geral apresentam um valor elevado, pelo que a situação financeira da CIM-TTM é estável.

6 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 – “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do Património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda que é obrigatório o reforço do Património até que o valor contabilístico da conta 51 – “Património” corresponda a 20% do activo líquido, sendo que é obrigatório o reforço das “Reservas Legais” no valor mínimo de 5% dos Resultados Líquidos.

Neste sentido, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no valor de 145.874,91 Euros seja aplicado da seguinte forma:

Reservas legais (5%)	7.293,75 Euros
Património (até 20% Activo Líquido)	138.581,16 Euros

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CONTAS

BALANÇO

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	27.675,00	27.675,00		
433	Propriedade industrial e outros direitos	487.932,89	226.956,62	260.976,27	40.119,79
443	Imobilizações em curso	103.578,30		103.578,30	33.258,71
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		619.186,19	254.631,62	364.554,57	73.378,50
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções				
423	Equipamento básico	117.342,00	23.468,40	93.873,60	
424	Equipamento de transporte	409.368,60	102.342,15	307.026,45	
425	Ferramentas e utensílios				
426	Equipamento administrativo	531.827,79	445.793,88	86.033,91	186.858,22
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	44.335,35	26.601,21	17.734,14	26.601,21
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		1.102.873,74	598.205,64	504.668,10	213.459,43
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	734,92		734,92	151,28
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		734,92		734,92	151,28
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermediários				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				

BALANÇO

ENTIDADE CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018
PAG. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
211	Clientes c/c				
212	Contribuintes c/c				
213	Utentes c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262+263+266+267 +268+269+2612?	Outros devedores				
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	147.492,89		147.492,89	204.963,78
11	Caixa	272,75		272,75	272,75
		147.765,64		147.765,64	205.236,53
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	750.767,97		750.767,97	180.404,51
272	Custos diferidos	1.444,14		1.444,14	21.608,03
		752.212,11		752.212,11	202.012,54
	Total de amortizações		852.837,26		
	Total de provisões.....				
	Total do activo	2.622.772,60	852.837,26	1.769.935,34	694.238,28

BALANÇO

ENTIDADE CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
55	Património	83.761,29	83.761,29
56	Ajustamento de partes de capital em empresas		
	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	20.665,29	20.665,29
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	115.594,58	233.536,82
88	Resultado líquido em exercício	145.874,91	-122.689,97
		365.896,07	215.273,43
292	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
23.1.2	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
22.3	Empréstimo de médio e longo prazo		
2617	Fornecedores c/c, mlp		
26887	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
	Credores diversos - contratos futuros		
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	214.935,51	37.348,87
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	179.272,50	102.324,06
24	Estado e outros entes públicos	5.829,56	4.726,97
264	Administração autárquica		81.135,03
		400.037,57	225.534,93
262+263+266a269+2	Outros credores	14.776,42	
217	Clientes e Utentes Com Cauções		
		14.776,42	
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	150.455,87	31.837,49
274	Proveitos diferidos	838.769,41	221.592,43
		989.225,28	253.429,92
	Total do passivo	1.404.039,27	478.964,85
	Total dos fundos próprios e do passivo	1.769.935,34	694.238,28

ORGÃO EXECUTIVO

Em 10 de abril de 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 30 de abril de 2019

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "F. P.", "Quinta", and "F".

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE

CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

2018/01/01 a 2018/12/31

AN 2018

PÁG. 1

Código de Contas		Exercício	
		N	N - 1
61	Custos e perdas		
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias		
	Matérias		
62	Fornecimentos e serviços externos:	494.372,25	381.517,51
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	237.978,44	152.951,78
643 a 648	Encargos sociais	53.788,77	35.873,14
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	291.767,21	188.824,92
66	Amortizações do exercício	89.771,44	101.135,07
67	Provisões do exercício	440.028,21	197.269,86
65	Outros custos operacionais		204,00
	(A)	1.315.939,11	868.951,36
68	Custos e perdas financeiros	2,05	365,48
	(C)	1.315.941,16	869.316,84
69	Custos e perdas extraordinários		
	(E)	1.315.941,16	869.316,84
88	Resultado líquido do exercício.....	145.874,91	-122.689,97
	(X)	1.461.816,07	746.626,87
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias		
7112+7113	Venda de produtos		
712	Prestações de serviços		
72	Impostos e taxas		
(a)	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade		
73	Proveitos suplementares		
74	Transferências e subsídios obtidos	1.046.575,96	574.358,29
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		
	(B)	1.046.575,96	574.358,29
78	Proveitos e ganhos financeiros	2,58	10,88
	(D)	1.046.578,54	574.369,17
79	Proveitos extraordinários	415.237,53	172.257,70
	(F)	1.461.816,07	746.626,87
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-269.363,15	-294.593,07
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	0,53	-354,60
	Resultados Correntes: (D - C)	-269.362,62	-294.947,67
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	145.874,91	-122.689,97

ORGÃO EXECUTIVO

Em 10 de 04 de 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 20 de abril de 2019

[Handwritten signature]

**MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL
RECEITA E DA DESPESA**

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAD DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
01	ADMINISTRAÇÃO	3.796.165,55	2.353.203,55		2.353.203,55	1.604.670,90	1.442.962,00	2.191.494,65	740.532,65	42,27
0101	ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL	14.500,00	6.620,55		6.620,55	6.620,55	7.879,45	7.879,45		45,66
0101	DESPESAS COM O PESSOAL	7.500,00	3.914,21		3.914,21	3.914,21	3.585,79	3.585,79		52,19
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	7.500,00	3.914,21		3.914,21	3.914,21	3.585,79	3.585,79		52,19
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	7.500,00	3.914,21		3.914,21	3.914,21	3.585,79	3.585,79		52,19
01021302	OUTROS	7.500,00	3.914,21		3.914,21	3.914,21	3.585,79	3.585,79		52,19
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7.000,00	2.706,34		2.706,34	2.706,34	4.293,66	4.293,66		38,66
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	7.000,00	2.706,34		2.706,34	2.706,34	4.293,66	4.293,66		38,66
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	7.000,00	2.706,34		2.706,34	2.706,34	4.293,66	4.293,66		38,66
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL	3.781.665,55	2.346.583,00		2.346.583,00	1.598.050,35	1.435.082,55	2.103.615,20	740.532,65	42,26
01	DESPESAS COM O PESSOAL	281.093,83	274.640,70		274.640,70	274.640,70	6.453,13	6.453,13		97,70
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	222.948,33	217.593,57		217.593,57	217.593,57	5.354,76	5.354,76		97,60
010102	ÓRGÃOS SOCIAIS	74.172,00	74.166,84		74.166,84	74.166,84	5,16	5,16		99,99
010103	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	22.371,00	22.202,50		22.202,50	22.202,50	168,50	168,50		99,25
01010301	PESSOAL EM FUNÇÕES	22.371,00	22.202,50		22.202,50	22.202,50	168,50	168,50		99,25
010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	31.736,24	30.345,95		30.345,95	30.345,95	1.390,29	1.390,29		95,62
01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	31.736,24	30.345,95		30.345,95	30.345,95	1.390,29	1.390,29		95,62
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	39.681,00	36.190,58		36.190,58	36.190,58	3.490,42	3.490,42		91,20
01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	39.681,00	36.190,58		36.190,58	36.190,58	3.490,42	3.490,42		91,20
010111	REPRESENTAÇÃO	20.478,76	20.478,76		20.478,76	20.478,76				100,00
010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	8.376,00	8.075,61		8.075,61	8.075,61	300,39	300,39		96,41
010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	26.133,33	26.133,33		26.133,33	26.133,33				100,00
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	5.155,00	4.360,67		4.360,67	4.360,67	794,33	794,33		84,59
010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	1.150,00	1.019,13		1.019,13	1.019,13	130,87	130,87		88,62
010204	AJUDAS DE CUSTO	4.000,00	3.341,54		3.341,54	3.341,54	658,46	658,46		83,54
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	5,00					5,00	5,00		
01021302	OUTROS	5,00					5,00	5,00		
010214	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE									
0103	SEGURANÇA SOCIAL	52.990,50	52.686,46		52.686,46	52.686,46	304,04	304,04		99,43
010301	ENCARGOS COM A SAÚDE									
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	49.381,95	49.372,09		49.372,09	49.372,09	9,86	9,86		99,98
01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTPP)	49.381,95	49.372,09		49.372,09	49.372,09	9,86	9,86		99,98
0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	20.615,00	20.614,19		20.614,19	20.614,19	0,81	0,81		100,00
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	28.766,95	28.757,90		28.757,90	28.757,90	9,05	9,05		99,97
010309	SEGUROS	2.708,55	2.504,11		2.504,11	2.504,11	204,44	204,44		92,45
01030901	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFissionais	2.708,55	2.504,11		2.504,11	2.504,11	204,44	204,44		92,45
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	900,00	810,26		810,26	810,26	89,74	89,74		90,03
01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	900,00	810,26		810,26	810,26	89,74	89,74		90,03
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.417.565,05	752.255,05		752.255,05	278.861,90	665.309,20	1.138.703,15	473.393,95	19,67
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	180.450,00	12.242,42		12.242,42	10.929,73	168.207,58	169.520,27	1.312,69	6,06
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	4.250,00	3.317,26		3.317,26	3.317,26	932,74	932,74		78,05
02010202	GASÓLEO	4.250,00	3.317,26		3.317,26	3.317,26	932,74	932,74		78,05
020104	LIMPEZA E HIGIENE									
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS									
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	450,00	374,26		374,26	374,26	75,74	75,74		83,17
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	750,00	284,84		284,84	284,84	465,16	465,16		37,98
020115	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS									
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA									
020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	169.500,00	3.595,04		3.595,04	2.282,35	165.904,96	167.217,65	1.312,69	1,35
020121	OUTROS BENS	5.500,00	4.671,02		4.671,02	4.671,02	828,98	828,98		84,93
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.237.115,05	740.013,43		740.013,43	267.932,17	497.101,62	969.182,88	472.081,26	21,66
020209	COMUNICAÇÕES	3.500,00	2.434,98		2.434,98	2.434,98	1.065,02	1.065,02		69,57
020210	TRANSPORTES	11.402,10	1.953,80		1.953,80	1.953,80	9.448,30	9.448,30		17,14
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	31.292,95	26.462,43		26.462,43	26.462,43	4.830,52	4.830,52		84,56
020212	SEGUROS	1.100,00					1.100,00	1.100,00		
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	32.500,00	31.526,98		31.526,98	30.746,98	973,02	1.753,02	780,00	94,61
020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	967.320,00	558.520,35		558.520,35	98.135,55	408.799,65	869.184,45	460.384,80	10,15
02021401	PAMOS - PLANO AÇÃO MOBILIDADE URBANA SUSTENTADA	150.000,00	91.758,00		91.758,00	18.351,60	58.242,00	131.648,40	73.406,40	12,23
02021402	SISTEMA DE APOIO ÀS AÇÕES COLETIVAS (SAIC)	105.500,00	102.594,30		102.594,30	28.585,20	2.905,70	76.914,80	74.009,10	27,09
02021403	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	394.000,00	134.773,05		134.773,05		259.226,95	394.000,00	134.773,05	

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 3 - 4)	(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	(11) a)
02021404	AValiação de Riscos - PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA INTERMUNICIPAL	305,00					305,00	305,00		
02021405	TRÁS-OS-MONTES SATURA	75.415,00	74.415,00		74.415,00	18.683,75	1.000,00	56.811,25	55.811,25	24.67
02021406	PROVERE	24.600,00	24.600,00		24.600,00			24.600,00	24.600,00	
02021407	TRÁS-OS-MONTES CONETADO	75.000,00	43.050,00		43.050,00		31.950,00	75.000,00	43.050,00	
02021499	OUTROS	142.500,00	87.330,00		87.330,00	32.595,00	55.170,00	109.905,00	54.735,00	22.87
020215	FORMAÇÃO	6.500,00	2.171,00		2.171,00	2.171,00	4.329,00	4.329,00		33.40
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES									
020217	PUBLICIDADE	73.000,00	17.553,66		17.553,66	16.788,66	55.446,34	56.211,34	765,00	23.00
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	95.500,00	85.962,70		85.962,70	76.790,53	9.537,30	18.701,47	9.164,17	80.42
02022061	ORGANIZAÇÃO DO FESTIVAL DE TURISMO DE NATUREZA DAS TM	500,00					500,00	500,00		
02022099	OUTROS	95.000,00	85.962,70		85.962,70	76.790,53	9.037,30	18.201,47	9.164,17	80.84
020225	OUTROS SERVIÇOS	15.000,00	13.427,53		13.427,53	12.440,24	1.572,47	2.559,76	987,29	82.93
02022502	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS	15.000,00	13.427,53		13.427,53	12.440,24	1.572,47	2.559,76	987,29	82.93
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	60,00					60,00	60,00		
0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	60,00					60,00	60,00		
030305	MATERIAL DE TRANSPORTE	50,00					50,00	50,00		
030306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	10,00					10,00	10,00		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101.140,07	101.135,07		101.135,07	101.135,07	5,00	5,00		100.00
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	101.140,07	101.135,07		101.135,07	101.135,07	5,00	5,00		100.00
040501	CONTINENTE	101.140,07	101.135,07		101.135,07	101.135,07	5,00	5,00		100.00
04050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	101.140,07	101.135,07		101.135,07	101.135,07	5,00	5,00		100.00
0405010402	AMTQT	71.243,74	71.243,74		71.243,74	71.243,74				100.00
0405010403	AMTPT	29.891,33	29.891,33		29.891,33	29.891,33				100.00
0405010499	OUTRAS ASSOCIAÇÕES	5,00					5,00	5,00		
05	SUBSÍDIOS	100,00					100,00	100,00		
0501	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	100,00					100,00	100,00		
050103	PRIVADAS	100,00					100,00	100,00		
05010301	AGÊNCIA DE ENERGIA TRÁS-OS-MONTES - (AR-TM)	100,00					100,00	100,00		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00	4,53		4,53	4,53	495,47	495,47		0.91
0602	DIVERSAS	500,00	4,53		4,53	4,53	495,47	495,47		0.91
060203	OUTRAS	500,00	4,53		4,53	4,53	495,47	495,47		0.91
06020305	OUTRAS	500,00	4,53		4,53	4,53	495,47	495,47		0.91
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.981.206,60	1.218.546,85		1.218.546,85	943.408,15	762.659,75	1.037.798,45	275.138,70	47.62
0701	INVESTIMENTOS	1.981.206,60	1.218.546,85		1.218.546,85	943.408,15	762.659,75	1.037.798,45	275.138,70	47.62
070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	410.103,84	409.368,60		409.368,60	409.368,60	735,24	735,24		99.82
07010602	Aquisição de Viaturas Comerciais para Adaptação a Balcões Móveis	410.103,84	409.368,60		409.368,60	409.368,60	735,24	735,24		99.82
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	601.086,60	94.936,63		94.936,63	89.094,13	506.149,97	511.992,47	5.842,50	14.82
07010701	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	262.301,60	39.974,83		39.974,83	39.974,83	222.326,77	222.326,77		15.24
07010702	ALARGAMENTO DA REDE WI-FI	43.100,00	42.183,33		42.183,33	42.183,33	916,67	916,67		97.87
07010703	CLOUD TM									
07010705	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - GERAL	100,00					100,00	100,00		
07010707	BALCÃO MÓVEL - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO EQUIPAMENTOS									
07010708	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	268.885,00					268.885,00	268.885,00		
07010799	OUTROS	26.700,00	12.778,47		12.778,47	6.935,97	13.921,53	19.764,03	5.842,50	25.98
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	589.891,16	580.576,29		580.576,29	324.810,09	9.314,87	265.081,07	255.766,20	55.06
07010801	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	505.411,16	504.592,74		504.592,74	318.936,54	818,42	186.474,62	185.656,20	63.10
07010802	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	9.680,00	5.873,55		5.873,55	5.873,55	3.806,45	3.806,45		60.68
07010899	OUTRO	74.800,00	70.110,00		70.110,00		4.690,00	74.800,00	70.110,00	
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	3.000,00	2.793,33		2.793,33	2.793,33	206,67	206,67		93.11
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO	377.125,00	130.872,00		130.872,00	117.342,00	246.253,00	259.783,00	13.530,00	31.11
07011002	OUTRO	377.125,00	130.872,00		130.872,00	117.342,00	246.253,00	259.783,00	13.530,00	31.11
0701100201	EQUIPAMENTO BÁSICO - GERAL	377.125,00	130.872,00		130.872,00	117.342,00	246.253,00	259.783,00	13.530,00	31.11
070113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS									
07011301	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS-GERAL									
070115	OUTROS INVESTIMENTOS									
07011505	OUTROS INVESTIMENTOS									
0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA									
070205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA									
TOTAL		3.796.165,55	2.353.203,55		2.353.203,55	1.604.670,90	1.442.962,00	2.191.494,65	748.532,65	42.27

ENTIDADE

CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 3

Em 10 de 04 de 2019

Em 30 de abril de 2019

Alfonso...

4
quinta

ENTIDADE CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018
PÁG. 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS (3)	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO (4)	RECEITAS LIQUIDADAS (5)	LIQUIDAÇÕES ANULADAS (6)	RECEITAS COBRADAS BRUTAS (7)	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA (10 = 7-9)	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO (11=4+5-6-7)	GRAU EXEC. FINAN. DAS REC. (12) a
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)						EMITIDOS (8)	PAGOS (9)			
	RECEITAS CORRENTES	1.821.110,25	20.000,04	1.296.144,59		1.316.144,63			1.316.144,63		72.3
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	50,00									
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	50,00									
040201	JUROS DE MORA	50,00									
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	50,00		2,58		2,58			2,58		5.2
0502	JUROS - SOCIEDADES	50,00		2,58		2,58			2,58		5.2
050201	FINANCEIRAS										
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	50,00		2,58		2,58			2,58		5.2
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.821.000,25	20.000,04	1.294.462,24		1.314.462,28			1.314.462,28		72.2
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.452.478,65		925.946,68		925.946,68			925.946,68		63.7
060301	ESTADO	318.819,70		314.715,00		314.715,00			314.715,00		98.7
06030199	OUTRAS	318.819,70		314.715,00		314.715,00			314.715,00		98.7
0603019901	DGAL	218.312,00		218.312,00		218.312,00			218.312,00		100.0
0603019902	OUTRAS	100.507,70		96.403,00		96.403,00			96.403,00		95.9
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1.133.658,95		611.231,68		611.231,68			611.231,68		53.9
06030601	FEDER (CORRENTE)	833.658,95		549.784,02		549.784,02			549.784,02		65.9
06030602	FSE (CORRENTE)	300.000,00		61.447,66		61.447,66			61.447,66		20.5
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	368.521,60	20.000,04	368.515,56		388.515,60			388.515,60		105.4
060501	CONTINENTE	368.521,60	20.000,04	368.515,56		388.515,60			388.515,60		105.4
06050101	MUNICÍPIOS	368.515,60	20.000,04	368.515,56		388.515,60			388.515,60		105.4
0605010101	MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	26.710,00		26.709,96		26.709,96			26.709,96		100.0
0605010102	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	85.546,00		85.545,96		85.545,96			85.545,96		100.0
0605010103	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	44.950,00	20.000,04	44.949,96		64.950,00			64.950,00		144.5
0605010104	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	30.110,00		30.110,04		30.110,04			30.110,04		100.0
0605010105	MUNICÍPIO DE MIRANDELA	60.123,60		60.123,60		60.123,60			60.123,60		100.0
0605010106	MUNICÍPIO DE MOGADOURO	36.031,00		36.030,96		36.030,96			36.030,96		100.0
0605010107	MUNICÍPIO DE VILA FLOR	27.930,00		27.930,00		27.930,00			27.930,00		100.0
0605010108	MUNICÍPIO DE VIMIOSO	24.200,00		24.200,04		24.200,04			24.200,04		100.0
0605010109	MUNICÍPIO DE VINHAIS	32.915,00		32.915,04		32.915,04			32.915,04		100.0
06050102	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	6,00									
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10,00		1.679,77		1.679,77			1.679,77		16797
0801	OUTRAS	10,00		1.679,77		1.679,77			1.679,77		16797
080199	OUTRAS	10,00		1.679,77		1.679,77			1.679,77		16797
08019999	DIVERSAS	10,00		1.679,77		1.679,77			1.679,77		16797
	RECEITAS DE CAPITAL	1.975.055,30		214.686,63		214.686,63			214.686,63		10.9
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.975.055,30		214.686,63		214.686,63			214.686,63		10.9
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.567.180,30		78.818,40		78.818,40			78.818,40		5.0
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1.567.180,30		78.818,40		78.818,40			78.818,40		5.0
10030701	FEDER (CAPITAL)	1.184.251,10		78.818,40		78.818,40			78.818,40		6.7
10030702	FSE	382.929,20									
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	407.875,00		135.868,23		135.868,23			135.868,23		33.3
100501	CONTINENTE	407.875,00		135.868,23		135.868,23			135.868,23		33.3
10050101	MUNICÍPIOS	407.875,00		135.868,23		135.868,23			135.868,23		33.3
1005010101	MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	29.550,00		9.850,44		9.850,44			9.850,44		33.3
1005010102	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	75.400,00		25.176,39		25.176,39			25.176,39		33.4
1005010103	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	52.980,00		17.431,90		17.431,90			17.431,90		32.9
1005010104	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	36.100,00		12.024,34		12.024,34			12.024,34		33.3

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018
PÁG 2

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA (10 = 7-9)	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO (11=4+5-6-7)	GRAU EXEC. FINAN DAS REC. (12)a
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
1005010105	MUNICIPIO DE MIRANDELA	56.500,00		18.844,92		18.844,92			18.844,92		33.4
1005010106	MUNICIPIO DE MOGADOURO	47.135,00		15.760,71		15.760,71			15.760,71		33.4
1005010107	MUNICIPIO DE VILA FLOR	30.100,00		10.027,08		10.027,08			10.027,08		33.3
1005010108	MUNICIPIO DE VIMIOSO	32.360,00		10.801,52		10.801,52			10.801,52		33.4
1005010109	MUNICIPIO DE VINHAIS	47.750,00		15.950,93		15.950,93			15.950,93		33.4
	OUTRAS RECEITAS										
TOTAL		3.796.165,55	20.000,04	1.510.831,22		1.530.831,26			1.530.831,26		40.3

(a) (12 = 10 / 3 * 100)

Em 10 de 04 de 2019

Em 3 de abril de 2019

Carly...

se
pn
F
Jupm

FLUXOS DE CAIXA

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CIM-TTM
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

ANO 2018
Pág. 1

RECEBIMENTOS

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		205.236,53
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	200.999,30	
OPERAÇÕES DE TESOUREARIA	4.237,23	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		1.530.831,26
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2,58	
0502 JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	2,58	
050201 BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2,58	
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.314.462,28	
0603 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	925.946,68	
060301 ESTADO	314.715,00	
06030199 OUTRAS	314.715,00	
0603019901 DGAL	218.312,00	
0603019902 OUTRAS	96.403,00	
060306 ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	611.231,68	
06030601 FEDER (CORRENTE)	549.784,02	
06030602 FSE (CORRENTE)	61.447,66	
0605 ADMINISTRAÇÃO LOCAL	388.515,60	
060501 CONTINENTE	388.515,60	
06050101 MUNICÍPIOS	388.515,60	
0605010101 MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	26.709,96	
0605010102 MUNICIPIO DE BRAGANÇA	85.545,96	
0605010103 MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	64.950,00	
0605010104 MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	30.110,04	
0605010105 MUNICIPIO DE MIRANDELA	60.123,60	
0605010106 MUNICIPIO DE MOGADOURO	36.030,96	
0605010107 MUNICIPIO DE VILA FLOR	27.930,00	
0605010108 MUNICIPIO DE VIMIOSO	24.200,04	
0605010109 MUNICIPIO DE VINHAIS	32.915,04	
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.679,77	
0801 OUTRAS	1.679,77	
080199 OUTRAS	1.679,77	
08019999 DIVERSAS	1.679,77	
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	214.686,63	
1003 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	78.818,40	
100307 ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	78.818,40	
10030701 FEDER (CAPITAL)	78.818,40	
1005 ADMINISTRAÇÃO LOCAL	135.868,23	
100501 CONTINENTE	135.868,23	
10050101 MUNICÍPIOS	135.868,23	
1005010101 MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	9.850,44	
1005010102 MUNICIPIO DE BRAGANÇA	25.176,39	
1005010103 MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	17.431,90	
1005010104 MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	12.024,34	
1005010105 MUNICIPIO DE MIRANDELA	18.844,92	
1005010106 MUNICIPIO DE MOGADOURO	15.760,71	
1005010107 MUNICIPIO DE VILA FLOR	10.027,08	
1005010108 MUNICIPIO DE VIMIOSO	10.801,52	
1005010109 MUNICIPIO DE VINHAIS	15.950,93	
TOTAL DAS RECEITA CORRENTES.....	1.316.144,63	
TOTAL DAS RECEITA DE CAPITAL.....	214.686,63	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		
OPERAÇÕES DE TESOUREARIA		90.542,38
TOTAL		1.826.610,17

PAGAMENTOS

DESPESAS ORÇAMENTAIS		1.604.670,90
01 ADMINISTRAÇÃO	1.604.670,90	
0101 ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL	6.620,55	
0101 01 DESPESAS COM O PESSOAL	3.914,21	
0101 0102 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	3.914,21	

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CIM-TTM
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

ANO 2018
Pág. 2

PAGAMENTOS

0101	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	3.914,21
0101	01021302	OUTROS	3.914,21
0101	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.706,34
0101	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.706,34
0101	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	2.706,34
0102		CONSELHO INTERMUNICIPAL	1.598.050,35
0102	01	DESPESAS COM O PESSOAL	274.640,70
0102	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	217.593,57
0102	010102	ÓRGÃOS SOCIAIS	74.166,84
0102	010103	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	22.202,50
0102	01010301	PESSOAL EM FUNÇÕES	22.202,50
0102	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL	30.345,95
0102	01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	30.345,95
0102	010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	36.190,58
0102	01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	36.190,58
0102	010111	REPRESENTAÇÃO	20.478,76
0102	010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	8.075,61
0102	010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	26.133,33
0102	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	4.360,67
0102	010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	1.019,13
0102	010204	AJUDAS DE CUSTO	3.341,54
0102	0103	SEGURANÇA SOCIAL	52.686,46
0102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	49.372,09
0102	01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO	49.372,09
0102	0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	20.614,19
0102	0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	28.757,90
0102	010309	SEGUROS	2.504,11
0102	01030901	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSI	2.504,11
0102	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	810,26
0102	01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	810,26
0102	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	278.861,90
0102	0201	AQUISIÇÃO DE BENS	10.929,73
0102	020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	3.317,26
0102	02010202	GASÓLEO	3.317,26
0102	020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	374,26
0102	020112	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	284,84
0102	020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	2.282,35
0102	020121	OUTROS BENS	4.671,02
0102	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	267.932,17
0102	020209	COMUNICAÇÕES	2.434,98
0102	020210	TRANSPORTES	1.953,80
0102	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	26.462,43
0102	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	30.746,98
0102	020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	98.135,55
0102	02021401	PAMUS - PLANO AÇÃO MOBILIDADE URBANA SUSTENTADA	18.351,60
0102	02021402	SISTEMA DE APOIO ÀS AÇÕES COLETIVAS (SAAC)	28.585,20
0102	02021405	TRAS-OS-MONTES NATURA	18.603,75
0102	02021499	OUTROS	32.595,00
0102	020215	FORMAÇÃO	2.171,00
0102	020217	PUBLICIDADE	16.788,66
0102	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	76.798,53
0102	02022099	OUTROS	76.798,53
0102	020225	OUTROS SERVIÇOS	12.440,24
0102	02022502	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS	12.440,24
0102	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101.135,07
0102	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	101.135,07
0102	040501	CONTINENTE	101.135,07
0102	04050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	101.135,07
0102	0405010402	AMTQT	71.243,74
0102	0405010403	AMTFNT	29.891,33
0102	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4,53
0102	0602	DIVERSAS	4,53
0102	060203	OUTRAS	4,53
0102	06020305	OUTRAS	4,53
0102	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	943.408,15
0102	0701	INVESTIMENTOS	943.408,15
0102	070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	409.368,60
0102	07010602	Aquisição de Viaturas Comerciais para Adaptação a B	409.368,60
0102	070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	89.094,13
0102	07010701	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	39.974,83
0102	07010702	ALARGAMENTO DA REDE WI-FI	42.183,33

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CIM-TTM
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

ANO 2018
Pág. 3

PAGAMENTOS

0102	07010799	OUTROS	6.935,97	
0102	070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	324.810,09	
0102	07010801	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	318.936,54	
0102	07010802	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	5.873,55	
0102	070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	2.793,33	
0102	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO	117.342,00	
0102	07011002	OUTRO	117.342,00	
0102	0701100201	EQUIPAMENTO BÁSICO - GERAL	117.342,00	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES			661.262,75	
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL			943.408,15	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA				74.173,63
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE				147.765,64
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL			127.159,66	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA			20.605,98	
TOTAL				1.826.610,17

ORGÃO EXECUTIVO

Em 10 de 04 de 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 30 de abril de 2019

Carilfon ..

PL
BN
C
J. J. J.

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA					DATA	ANO	PAGINA
CIN-TM		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31					2019/04/03	2018	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR	
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		4.726,97	74.173,63	75.276,22		5.829,56	
24.2		Retenção de Impostos s/ Rendimentos		3.072,00	47.487,50	48.161,50		3.746,00	
24.2.1		Trabalho Dependente		3.072,00	47.220,00	47.894,00		3.746,00	
24.2.2		Trabalho Independente			267,50	267,50			
24.5		Contribuições para a Segurança Social		1.654,97	26.686,13	27.114,72		2.083,56	
24.5.1		Caixa Geral de Aposentações		714,34	9.536,63	9.499,91		677,62	
24.5.1.1		Caixa Geral Aposentações - «Descontos de Pessoal»		714,34	9.536,63	9.499,91		677,62	
24.5.2		ADSE		290,09	4.138,22	4.172,17		324,04	
24.5.2.1		A.D.S.B. - «Descontos de Pessoal»		290,09	4.138,22	4.172,17		324,04	
24.5.3		Instituto Gestão Financeira Segurança Social		650,54	13.011,28	13.442,64		1.081,90	
24.5.3.1		IGFSS - «Descontos Pessoal»		650,54	13.011,28	13.442,64		1.081,90	
26		OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	489,74			15.266,16		14.776,42	
26.1		Fornecedores de Imobilizado	489,74			489,74			
26.1.2		Fornecedores de Imobilizado com Garantias	489,74			489,74			
26.1.2.1		Fornecedores com Garantias	489,74			489,74			
	125	Eurofiresafe-Importação E Exportação de Equipamentos de Segurança,lda	489,74			489,74			
26.8		Devedores e Credores Diversos				14.776,42		14.776,42	
26.8.9		Outros				14.776,42		14.776,42	
26.8.9.8		Valores Entregues como Cauções e Garantias				14.776,42		14.776,42	
26.8.9.8.03		DEPOSITO CAUÇÃO				14.776,42		14.776,42	
	363	Associação Centro de Ciência Viva de Bragança				14.776,42		14.776,42	
TOTAL ...			489,74	4.726,97	74.173,63	90.542,38		20.605,98	

Em 10 de 04 de 2019

Em 30 de 04 de 2019

[Handwritten signature]

**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE
RESULTADOS**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom and initials 'PN' and 'A' above it.

8.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, adiante designada por CIM-TTM, é uma pessoa colectiva de direito público, de natureza associativa e âmbito territorial, com N.I.P.C. 510 957 544, com sede na Rua Visconde da Bouça, apartado 238, 5300-318 Bragança.

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes foi constituída em 29 de outubro de 2013 e é composta pelos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

A CIM-TTM tem quatro órgãos, a Assembleia Intermunicipal, o Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico Intermunicipal.

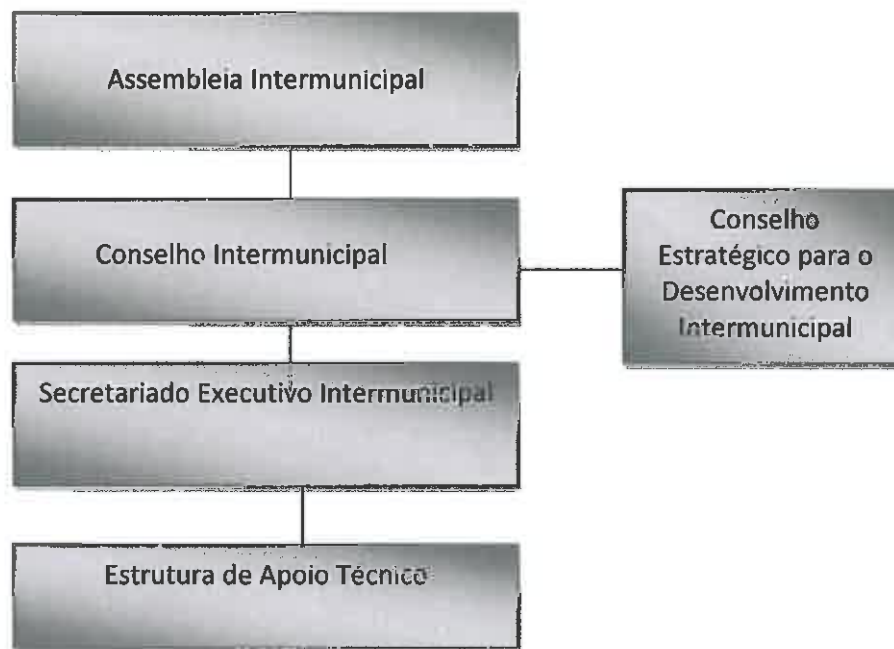
8.1.2. LEGISLAÇÃO

A CIM-TTM visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram e rege-se pela Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, pelos Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios, critérios e demais determinações definidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "F", "PN", and a large signature.

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ACTIVIDADE

A CIM-TTM tem por objecto a promoção do desenvolvimento equilibrado dos municípios seus associados, participando activamente na realização de quaisquer interesses específicos comuns compreendidos nas atribuições dos municípios que a integram, salvo os que pela sua natureza ou disposição legal, devam ser directamente prosseguidos por estes.

A comunidade intermunicipal destina-se à prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN;
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal;

Cabe à comunidade intermunicipal assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas:

- a) Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b) Rede de equipamentos de saúde;
- c) Rede educativa e de formação profissional;

Handwritten signatures and initials in blue ink.

- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e) Segurança e proteção civil;
- f) Mobilidade e transportes;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

Cabe à comunidade intermunicipal exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios integrantes, nos termos da presente lei, bem como designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

8.1.5. RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

NOME	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REMUNERAÇÃO LÍQUIDA AUFERIDA	PERÍODO DE RESPONSABILIDADE	MORADA
Artur Manuel Rodrigues Nunes	Presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2018 a 31.12.2018	Largo D. João III 5210-190 Miranda do Douro
Berta Ferreira Milheiro Nunes	Vice-presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2018 a 31.12.2018	Largo D. Dinis 5350-014 Alfândega da Fé
Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues	Vice-presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2018 a 31.12.2018	Praça do Município 5370-288 Mirandela
Hernâni Dinis Venâncio Dias	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2018 a 31.12.2018	Forte S. João de Deus 5301-902 Bragança
Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2018 a 31.12.2018	Jardim 1.º de Maio 5340-218 Macedo de Cavaleiros
Francisco José M. Albuquerque Guimarães	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2018 a 31.12.2018	Convento S. Francisco 5200-244 Mogadouro
Fernando Francisco Teixeira de Barros	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2018 a 31.12.2018	Av. Marechal Carmona 5360-303 Vila Flor
António Jorge Fidalgo Martins	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2018 a 31.12.2018	Praça Eduardo Coelho 5230-315 Vimioso
Luís dos Santos Fernandes	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2018 a 31.12.2018	Rua das Freiras, 13 5320-326 Vinhais

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'F' and a signature that appears to be 'J. P. N.'.

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Do ponto de vista informático, os registos e demais procedimentos contabilísticos são efectuados num único sistema que integra a Contabilidade Orçamental e a Contabilidade Patrimonial, em estrita obediência às determinações do Plano de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Desta forma, a contabilidade orçamental é executada em total concordância com a Contabilidade Geral e com a Contabilidade de Custos, encontrando-se todas integradas no mesmo sistema, pelo que não é efectuada com recurso a quaisquer registos paralelos.

Os softwares informáticos utilizados na Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes são os seguintes:

- SigmaGest (módulo: POCAL); e
- PMR (módulos: Gestão de activos e pessoal).

A
A
G
G

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As normas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração do Plano Oficial de Contabilidade, não constando aquelas que para o presente exercício não são aplicáveis.

8.2.1 - INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADOS E SEM PREJUÍZO DO LEGALMENTE ESTABELECIDO, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTES DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ACTIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA AUTARQUIA LOCAL

O POCAL obriga à existência de três sistemas de contabilidade: orçamental, patrimonial e de custos. A contabilidade de custos não se encontra implementada. No entanto, a ausência deste sistema não tem efeitos relevantes sobre o balanço e a demonstração de resultados, pelo que estes documentos reflectem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da instituição.

8.2.2 – INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

No exercício de 2018 não foram alterados procedimentos, regras ou políticas contabilísticas relativamente ao exercício anterior que tornem incomparáveis as contas do balanço e demonstração de resultados.

8.2.3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

a) IMOBILIZADO

A valorização do imobilizado foi efectuada utilizando-se o custo de aquisição (custo histórico).

Handwritten notes and signatures in blue ink, including initials and a signature.

b) DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

As dívidas a terceiros foram registadas pelo valor à data da fatura.

c) DISPONIBILIDADES

O montante de disponibilidades em caixa reflete o montante do valor em numerário, não incorporando qualquer montante em moeda estrangeira.

O montante de depósitos bancários reflete o valor do saldo contabilístico das referidas contas, estando justificadas as diferenças em relação ao extrato bancário à data de 31-12-2018.

d) AMORTIZAÇÕES

O método utilizado para o custo das amortizações é o método das quotas constantes, em conformidade com a Portaria do Ministério das Finanças n.º 671/2000, de 17 de Abril [CIBE – Cadastro e Inventário de Bens do Estado].

e) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os acréscimos e diferimentos foram contabilizados com base no princípio da especialização do exercício.

f) PROVISÕES

Não aplicável no corrente ano.

8.2.7. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado, constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, encontram-se representados nos quadros seguintes:

Handwritten notes:
A 32
PN
C
[Signature]

Resumo Movimentos nos Activos Imobilizados

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições		Saldo Final
			Alienação	Transf. Abate	
41 Investimentos Financeiros	151,28	583,64			734,92
42 Imobilizações Corpóreas	533 204,90	466 090,54			999 295,44
43 Imobilizações Incorpóreas	133 183,37	486 002,82			619 186,19
44 Imobilizações em Curso	33 258,71	103 578,30		33 258,71	103 578,30
Total	699 798,26	1 056 255,30	0,00	33 258,71	1 722 794,85

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
48 Amortizações	412 809,05	440 028,21	0,00	852 837,26
49 Provisões		0,00	0,00	0,00
Total	412 809,05	440 028,21	0,00	852 837,26

8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Activo Bruto

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES Período: 2018/01/01 a 2018/12/31 Página : 1

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. E abates	Saldo Final
DEBENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						
EDIFÍCIOS						
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS						
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO E CULTURAL						
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						
ADANTAMENTOS POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						0,00
DE DESPESAS DE INSTALAÇÃO						0,00
DE DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	27 675,00					27 675,00
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	105 508,37		382 424,52			487 932,89
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	33 258,71		103 578,30		33 258,71	103 578,30
ADANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						0,00
	166 442,08	0,00	486 002,82	0,00	33 258,71	619 186,19
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						0,00
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES						0,00
EQUIPAMENTO BÁSICO			117 342,00			117 342,00
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE			409 368,60			409 368,60
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS						0,00
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	488 889,55		42 858,24			531 827,79
TARAS E VASILHAME						0,00
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	44 335,35		0,00			44 335,35
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						0,00
ADANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						0,00
	533 204,90	0,00	589 888,84	0,00	0,00	1 102 873,74
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS						0,00
PARTES CAPITAL						0,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO						0,00
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS						0,00
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES						0,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	151,28		583,64			734,92
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS						0,00
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA						0,00
OUTROS TÍTULOS						0,00
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						0,00
ADANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS						0,00
	151,28	0,00	583,64	0,00	0,00	734,92
Total	699 798,26	0,00	1 056 255,30	0,00	33 258,71	1 722 794,85

82
pn
F
quinh

CIM-TTM		Período : 2018/01/01 a 2018/12/31		
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS				
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS				
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL				
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
	0,00	0,00	0,00	0,00
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO				
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	27 675,00	0,00		27 675,00
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	65 388,58	161 568,04		226 956,62
	93 063,58	161 568,04	0,00	254 631,62
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				0,00
EQUIPAMENTO BÁSICO		23 468,40		23 468,40
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE		102 342,15		102 342,15
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS				0,00
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	302 011,33	143 782,55		445 793,88
TARAS E VASILHAME				0,00
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	17 734,14	8 867,07		26 601,21
	319 745,47	278 460,17	0,00	598 205,64
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
PARTES CAPITAL				0,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO				0,00
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				0,00
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				0,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS				0,00
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				0,00
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA				0,00
OUTROS TÍTULOS				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	412 809,05	440 028,21	0,00	852 837,26

8.2.25 – DISCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS INCLUÍDAS NA CONTA «ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS» EM SITUAÇÃO DE MORA

Os montantes inscritos nas demonstrações financeiras relativamente à conta de estado e outros entes públicos reportam-se a valores apurados no mês de dezembro de 2018. Não existem dívidas incluídas na conta em situação de mora.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'A', 'PN', and 'G'.

Estado e Outros Entes Públicos				
Conta	Designação	Activo	Passivo	Observações
2421	IRS Trabalho Dependente		3 746,00	Retenções Dezembro
24511	Caixa Geral de Aposentações		677,62	Descontos Dezembro
24512	ADSE		324,04	Descontos Dezembro
24531	IGFSS - Descontos		1 081,90	Descontos Dezembro
Total			5 829,56	

8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 «FUNDO PATRIMONIAL», CONSTANTES DO BALANÇO

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 Património	83 761,29	0,00	0,00	83 761,29
55 Ajustamentos partes capital empresas				0,00
56 Reservas de reavaliação				0,00
Reservas:				0,00
57.1 Legais	20 665,29	0,00	0,00	20 665,29
57.2 estatutárias				0,00
57.3 Contratuais				0,00
57.4 Livres				0,00
57.5 Subsídios				0,00
57.6 Doações				0,00
57.7 Reservas decorrentes de Transf. Activos				0,00
59 resultados transitados	233 536,82	4 747,73	122 689,97	115 594,58
Sub Total	337 963,40	4 747,73	122 689,97	220 021,16
88 Resultado Líquido	-122 689,97	145 874,91	122 689,97	145 874,91
Total Fundos Próprios	215 273,43	150 622,64		365 896,07

- **Conta 59 – Resultados transitados** – Aumento de 4.747,73€, referente a correções de anos anteriores. Diminuição de 122 689,97€ pela transferência do resultado líquido do ano de 2017.

8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e perdas	Exercícios		Proventos e ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
681-Juros suportados			781-Juros obtidos	2,58	13,88
682-Tercas Ent. Participadas			782-Ganhos Ent. Participadas		
683-Amort. Desinv. em Imóveis			783-Rendimentos de Imóveis		
684-Provisões Apl. Financeiras			784-Rendimentos Part. Capital		
685-Diferenças Cambio Desfav.			785-Diferenças cambio Fav.		
687-Tercas Ali. Apl. Tesouraria			786-Descontos PP Obtidos		
688-Outros Custos Perd. Financeiras	2,35	365,48	787-Ganhos Aliar. Apl. Tesouraria		
			788-Outros Prov. Ganh. Financeiros		
Resultados Financeiros	0,53			0,00	354,60
Total	2,58	365,48		2,58	365,48

8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e perdas	Exercícios		Provetos e ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
691-transf.ca pital Conc.			791-Restituição de impostos		
692-Dívidas Incobráveis			792-Recuperação de Dívidas		
693-Perdas existê ncias			793-Ganhos em existências		
694-Perdas Imobilizações			794-Ganhos Imobilizações		
695-Multas e Penalidades			795-Benef.Penal. Contratuais		
696-Aumentos Amort.Prov.			796-Reduções Amort.Provisões		
697-Corr.Relat.Exerc.Anteriores			797.Corr.Relat.Exerc.Anteriores		
698-Outros Custos e perdas Ext.			798-Outros prov.Ganhos Ext.	413 557,76	172 257,70
Resultados Extraordinários	413 557,76	172 257,70			
Total	413 557,76	172 257,70		413 557,76	172 257,70

8.2.33 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com a obrigação prevista no Art. 66-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se em seguida o montante dos honorários faturados, IVA incluído, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:

	Doze meses findos em 31 dez 2017 Euro	Doze meses findos em 31 dez 2018 Euro
Certificação Legal das Contas	2.177,10	2.177,10
	<u>2.177,10</u>	<u>2.177,10</u>

8.3. NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

8.3.1. MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

RECEITA

Classificação Económica		Dotações da Receita			
Código	Descrição	Previsões Iniciais	Modificações orçamentais		Previsões Corrigidas
			Inscrições/Reforços	Diminuições/anulações	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)-(5)
06030601	FEDER (CORRENTE)	1 136 802,20	0,00	303 143,25	833 658,95
06030602	FSE (CORRENTE)	783 275,00	0,00	483 275,00	300 000,00
10030701	FEDER (CAPITAL)	1 606 115,10	0,00	421 864,00	1 184 251,10
10030702	FSE (CAPITAL)	500 216,50	0,00	117 287,30	382 929,20
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	4 026 408,80	0,00	1 325 569,55	2 700 839,25

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "quinta" and various initials.

DESPESA

CIM-TTM						
Classificação Económica		Despesa			Reposições abituais dos pagamentos	Outras corrigidas
Código	Descrição	Dotações Iniciais	Modificações orçamentais			
(1)	(2)	(3)	Incréscimos/Reduções (4)	Diminuições/anulações (5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)
010102	Órgãos Sociais	40 702,00	27 470,00	0,00	0,00	74 172,00
01010401	Pessoal em Funções	80 806,00	1 640,24	800,00	0,00	81 786,24
01010601	Pessoal em Funções	41 686,00	0,00	1 055,00	0,00	80 681,00
010111	Representação	13 463,00	7 016,76	0,00	0,00	20 479,76
010113	Subsídio de Férias	8 976,00	0,00	666,00	0,00	8 310,00
010114	Subsídio de Férias de Natal	28 445,50	0,00	2 312,17	0,00	26 133,33
010201	Horas extraordinárias	50,00	1 100,00	0,00	0,00	1 150,00
010214	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	5,00	0,00	5,00	0,00	0,00
010301	Encargos com a Saúde	5,00	0,00	5,00	0,00	0,00
0103050101	Contribuição para a Segurança Social	21 000,00	0,00	395,00	0,00	20 605,00
0103050102	Segurança Social - Regime Geral	28 097,05	7 829,90	2 160,00	0,00	28 766,95
01030901	Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	5 900,00	0,00	791,43	0,00	2 708,57
020104	Limpieza e Higiene	5,00	0,00	5,00	0,00	0,00
020107	Vestuário e Artigos Pessoais	5,00	0,00	5,00	0,00	0,00
020108	Materiais de Escritório	1 300,00	0,00	850,00	0,00	450,00
020115	Prémios, Comendações e Ofertas	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00
020118	Livros e Documentação Técnica	130,00	0,00	150,00	0,00	0,00
020120	Materiais de Educação, Cultura e Recreio	71 500,00	88 000,00	0,00	0,00	159 500,00
020121	Outros Bens	500,00	5 000,00	0,00	0,00	5 500,00
020210	Transportes	52 500,00	0,00	41 097,90	0,00	11 402,10
020211	Representação dos Serviços	114 292,95	0,00	93 000,00	0,00	21 292,95
020215	Deslocações e Estadas	17 500,00	15 000,00	0,00	0,00	32 500,00
02021402	Sistema de Apoio às Ações Comunitárias (SAAC)	898 100,00	0,00	152 600,00	0,00	1 050 700,00
02021403	Plano inovador de Combate ao Incêndio Escalar	825 000,00	0,00	431 000,00	0,00	394 000,00
02021404	Avaliação de Riscos - Produção de Cartografia Inter municipal	5,00	1 64 000,00	1 64 000,00	0,00	305,00
02021405	Trás-os-Montes Natura	194 415,00	0,00	59 000,00	0,00	135 415,00
02021406	Proveito	90 000,00	0,00	25 400,00	0,00	24 600,00
02021499	Outros	90 000,00	22 500,00	0,00	0,00	112 500,00
020215	Formação	3 500,00	3 000,00	0,00	0,00	6 500,00
020216	Seminários, Exposições e Simpos	25 000,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00
020217	Publicidade	103 000,00	0,00	20 000,00	0,00	78 000,00
02022001	Organização do Festival de Turismo de Natureza do TTM	75 000,00	0,00	74 500,00	0,00	500,00
02022004	Outros	25 000,00	20 000,00	0,00	0,00	45 000,00
02022005	Materiais de Transporte	1 000,00	0,00	1 750,00	0,00	750,00
020306	Outros Encargos Financeiros	150,00	0,00	140,00	0,00	10,00
0405010401	Associações de Municípios - AMTCL	90 000,00	0,00	18 756,26	0,00	71 243,74
0405010403	Associações de Municípios - AMTIN	70 000,00	0,00	40 168,67	0,00	29 831,33
07010601	Aquisição de Veículos comerciais para adaptação a bases móveis	270 000,00	140 103,84	0,00	0,00	410 103,84
07010701	Plataforma Trás-os-Montes Conetado	413 854,10	495 037,50	646 600,00	0,00	282 301,60
07010702	Aargamento das redes Wi-Fi	45 000,00	0,00	1 900,00	0,00	43 100,00
07010703	Outros	614 437,50	0,00	614 437,50	0,00	0,00
07010705	Equipamento Informático - Geral	1 000,00	0,00	900,00	0,00	100,00
07010707	Outros Móveis - Aquisição e substituição de Equipamentos	270 000,00	0,00	270 000,00	0,00	0,00
07010708	Plano inovador de Combate ao Incêndio Escalar	260 885,00	0,00	1 000,00	0,00	259 885,00
07010709	Outros	0,00	26 700,00	0,00	0,00	26 700,00
07010801	Plataforma Trás-os-Montes Conetado	207 515,00	207 896,16	0,00	0,00	505 411,16
07010802	Plano inovador de Combate ao Incêndio Escalar	4 090,00	5 600,00	0,00	0,00	9 690,00
07010804	Outros - Software	1 000,00	73 000,00	0,00	0,00	74 000,00
070109	Equipamento Administrativo	6 000,00	0,00	3 000,00	0,00	3 000,00
0701100101	Equipamento Básico - Geral	314 525,00	62 600,00	0,00	0,00	377 125,00
07011301	Investimentos incorpóreos - Geral	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00
07011505	Outros investimentos	1 000,00	2 000,00	3 000,00	0,00	0,00
07012005	Materiais de transporte - Locação financeira	5 400,00	0,00	5 400,00	0,00	0,00
TOTAL		4 829 754,10	1 486 894,40	2 792 469,95	0,00	3 504 184,55

Handwritten signatures and initials in blue ink.

8.3.2. MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Não foram realizadas alterações ao Plano Plurianual de Investimentos.

8.3.4.4 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (RECEITA)

CIM-TTM			2018
Entidade Financiadora	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
Estado	318 819,70	314 715,00	
FEDER	1 133 658,95	611 231,68	
Município de Alfandega da Fé	26 710,00	26 709,96	
Município de Bragança	85 546,00	85 454,96	
Município de Macedo de Cavaleiros	44 950,00	44 949,96	
Município de Miranda do Douro	30 110,00	30 110,04	
Município de Mirandela	60 123,60	60 123,60	
Município de Mogadouro	36 031,00	36 030,96	
Município de Vila Flor	27 930,00	27 930,00	
Município de Vimioso	24 200,00	24 200,04	
Município de Vinhais	32 915,00	32 915,04	
Total	1 820 994,25	1 294 371,24	

8.3.4.5 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (RECEITA)

CIM-TTM			2018
Entidade Financiadora	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
FEDER	1 567 180,30	78 818,40	
Município de Alfandega da Fé	29 550,00	9 850,44	
Município de Bragança	75 400,00	25 176,39	
Município de Macedo de Cavaleiros	52 980,00	17 431,90	
Município de Miranda do Douro	36 100,00	12 024,34	
Município de Mirandela	56 500,00	18 844,92	
Município de Mogadouro	47 135,00	15 760,71	
Município de Vila Flor	30 100,00	10 027,08	
Município de Vimioso	32 360,00	10 801,52	
Município de Vinhais	47 750,00	15 950,93	
Total	1 975 055,30	214 686,63	

8.3.3. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

ENTIDADE	CONTRATO				PAGAMENTOS ACUMULADOS 2017 (com IVA)	PAGAMENTOS ACUMULADOS 2018 (com IVA)
	OBJECTO	DATA	VALOR SEM IVA	MODALIDADE ADJUDICAÇÃO		
Skillmind – Consultoria de Gestão e Formação, Lda.	Aquisição de serviços de plataforma electrónica de contratação pública	20.04.2015	4.950,00€	Ajuste Direto	2.029,50€	0,00€
Leica Geosystems - Sistemas para Geodesia e Topografia - Sociedade Unipessoal, Lda.	Aquisição de um Drone (UAD) multirotor	06.10.2017	28.500,00€	Ajuste Direto	0,00€	35.055,00€
Warpcom Services, S.A	Aquisição de uma Estação de Trabalho Gráfica	25.09.2017	3.999,85€	Ajuste Direto	4.919,82€	0,00€
WireMaze - Sistemas de Informação, S.A.	Fornecimento das Aplicações SigmaForms e SigmaApp	25.09.2017	40.500,00€	Ajuste Direto	0,00€	49.815,00€
CHANGETOMORROW, Lda	Aquisição de Serviços para a Implementação de Plataforma de Gestão dos Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO)	25.09.2017	14.699,00€	Ajuste Direto	0,00€	18.079,77€
CHANGETOMORROW, Lda	Aquisição de Serviços para a Implementação de uma Plataforma de Gestão de Processos de Participação Pública	25.09.2017	67.599,00€	Ajuste Direto	0,00€	33.258,71€
Quaternaire Portugal S.A	Prestação de Serviços para a Elaboração do PICIE	31.01.2017	35.000,00€	Ajuste Direto	43.050,00€	0,00€

Handwritten signatures and initials:
F A
P
P
P

ENTIDADE	CONTRATO				PAGAMENTOS ACUMULADOS 2017 (com IVA)	PAGAMENTOS ACUMULADOS 2018 (com IVA)
	OBJETO	DATA	VALOR SEM IVA	MODALIDADE ADJUDICAÇÃO		
Naturthoughts Turismo de Natureza, Lda	Prestação de serviços para a Elaboração da Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes	16.10.2017	60.000,00€	Ajuste Direto	0,00€	22.140,00€
JAGP, Lda.	Prestação de serviços de consultoria para a Criação da Plataforma Regional de Promoção do Espírito Empresarial @ TTM	09.10.2017	28.350,00€	Ajuste Direto	13.948,20€	0,00€
SPI, SA	Estratégia de Internacionalização e Abordagem a Mercados Prioritários para os Recursos Endógenos e Produtos Turísticos das Terras de Trás-os-Montes	05.12.2017	81.672,00€	Concurso Público	0,00€	0,00€
Centro Ciência Viva de Bragança	Promoção das Competências Científicas e Tecnológicas	06.12.2018	295.528,45€	Concurso público	0,00€	0,00€
Cyber Digital Business - Escola Profissional de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, Lda	Promoção de Empreendedorismo	19.09.2018	58.536,59€	Consulta Prévia	0,00€	72.061,51€
Cyber Digital Business - Escola Profissional de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, Lda	Estudo para a Promoção da Aprendizagem da Língua Mirandesa	19.09.2019	60.000,00€	Consulta Prévia	0,00€	0,00€
Turismo com Essência, Consultores, S.A.	Aquisição de serviços de assessoria e apoio técnico para a elaboração de candidaturas dos projetos âncora da EEC PROVERE TTM	19.10.2018	20.000,00€	Ajuste Direto	0,00€	0,00€

[Handwritten signature]

ENTIDADE	CONTRATO				PAGAMENTOS ACUMULADOS 2017 (com IVA)	PAGAMENTOS ACUMULADOS 2018 (com IVA)
	OBJETO	DATA	VALOR SEM IVA	MODALIDADE ADJUDICAÇÃO		
3VÍRGULA14 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, LDA.	Implementação de uma plataforma de faturação eletrónica nos Municípios da CIM-TTM	06.06.2018	32.680,00€	Consulta Prévia	0,00€	58.683,30€
TISPT – Consultores em Transportes, Inovação e Sistemas, S.A	Elaboração do Plano Operacional de Transportes Públicos das Terras de Trás-os-Montes	22.03.2018	74.600,00€	Consulta Prévia	0,00€	18.351.60€
EXPANDINDUSTRIA – Estudos Projectos e Gestão de Empresas, S.A	Implementação do Regulamento (EU) 2016/679 nos Municípios da CIM-TTM	06.06.2018	35.000,00€	Consulta Prévia	0,00€	0,00€
Simultâneo de Ideias e Música Produção de Eventos Culturais, Lda	Aquisição de Serviços de Decoração, Instalação e Suporte de Equipamentos Multimédia no Stand da BTL 2018	22.02.2018	32.680,00€	Consulta Prévia	0,00€	40.098,00€
Ana Luísa Castro - Consultora de Viagens, sociedade unipessoal Lda	Viagens, alojamento e transferes - Açores - Ação de benchmarking à marca "Açores".	10.09.2018	14.952,00€	Ajuste Direto	0,00€	18.390,96€
QUATERNALRE PORTUGAL - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.	Estudo Base de Suporte ao Plano de Ação para a Valorização da Educação e Formação de Jovens	11.09.2018	65.000,00€	Consulta Prévia	0,00€	0,00€
Instituto Politécnico de Bragança	Promover a Leitura e a Escrita	05.09.2018	56.000,00€	Consulta Prévia	0,00€	0,00€
Lusinfo II - Multimédia SA	Aquisição de serviços de consultadoria para o desenvolvimento do projeto "Promover a Leitura e a Escrita"	05.09.2018	53.450,00€	Consulta Prévia	0,00€	0,00€

[Handwritten signatures and initials]

ENTIDADE	CONTRATO				PAGAMENTOS ACUMULADOS 2017 (com IVA)	PAGAMENTOS ACUMULADOS 2018 (Com IVA)
	OBJETO	DATA	VALOR SEM IVA	MODALIDADE ADJUDICAÇÃO		
INESC - INOVAÇÃO - INSTITUTO DE NOVAS TECNOLOGIAS	Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional	08.06.2018	106.400,00€	Ajuste Direto	0,00€	130.872,00€
Medidata.Net, S.A.	Prestação de Serviços de Automatização de Processos Financeiros	22.02.2018	74.000,00€	Ajuste Direto	0,00€	45.510,00€
Medidata.Net, S.A.	Prestação de Serviços de Apoio à Automatização e Reengenharia de Processos Gerais	22.02.2018	67.000,00€	Ajuste Direto	0,00€	41.205,00€
INFRACONTROL, ICP Infraestruturas Control Portugal, Unipessoal Lda.	Plataforma de "Registo, Comunicação, Gestão e Tratamento de Dados de Ocorrências"	02.01.2018	73.000,00€	Ajuste Direto	0,00€	44.895,00€
Warpcom Services, S.A	Disponibilização de Redes Wi-fi - Infraestrutura Centralizada e equipamentos de suporte e gestão das redes	02.01.2018	34.295,39€	Ajuste Direto	0,00€	0,00€
ARPA Unipessoal, Lda	Produção e Difusão de Elementos Multimédia para a Divulgação e Promoção das Terras de Trás-os-Montes	05.12.2018	72.200,00€	Concurso Público	0,00€	0,00€
BETWEEN DIALOGUES, LDA.	Aquisição de software para a implementação de uma plataforma de gestão do transporte público	13.12.2018	57.000,00€	Consulta Prévia	0,00€	0,00€
Universidade do Minho	Capacitação e Dinamização das Equipas Multidisciplinares	10.12.2018	31.455,00€	Ajuste Direto	0,00€	0,00€
Ambienti D'Interni, Unipessoal Lda	Aquisição de viaturas comerciais adaptadas a balcões móveis de atendimento ao público	01.03.2018	332.820,00€	Concurso Público	0,00€	409.368,60€
Ecocensus – Fauna e Flora, Unip. Lda	Caraterização Biofísica dos Trilhos e Pontos de Observação no âmbito do Projeto TM Natura	14.02.2018	60.500,00€	Ajuste Direto	0,00€	37.207,50€

Handwritten signature and initials in blue ink.



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

[Handwritten signature and initials]

8.3.4 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

8.3.4.1 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (DESPESA)

CIM-TTM					2018
Entidade Beneficiária	Finalidade	Montante Orçado	Transferências Efetuadas	Grau da execução da despesa	Observações
AMTQT	Afetação dos Recursos Humanos	71 243,74	71 243,74	100,00%	
AMTFNT	Afetação dos Recursos Humanos	29 891,33	29 891,33	100,00%	
Total		101 135,07	101 135,07		

8.3.4.4 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (RECEITA)

CIM-TTM			2018
Entidade Financiadora	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
Estado	318 819,70	314 715,00	
FEDER	1 133 658,95	611 231,68	
Município de Alfandega da Fé	26 710,00	26 709,96	
Município de Bragança	85 546,00	85 454,96	
Município de Macedo de Cavaleiros	44 950,00	44 949,96	
Município de Miranda do Douro	30 110,00	30 110,04	
Município de Mirandela	60 123,60	60 123,60	
Município de Mogadouro	36 031,00	36 030,96	
Município de Vila Flor	27 930,00	27 930,00	
Município de Vimioso	24 200,00	24 200,04	
Município de Vinhais	32 915,00	32 915,04	
Total	1 820 994,25	1 294 371,24	

8.3.4.5 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (RECEITA)

CIM-TTM			2018
Entidade Financiadora	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
FEDER	1 567 180,30	78 818,40	
Município de Alfandega da Fé	29 550,00	9 850,44	
Município de Bragança	75 400,00	25 176,39	
Município de Macedo de Cavaleiros	52 980,00	17 431,90	
Município de Miranda do Douro	36 100,00	12 024,34	
Município de Mirandela	56 500,00	18 844,92	
Município de Mogadouro	47 135,00	15 760,71	
Município de Vila Flor	30 100,00	10 027,08	
Município de Vimioso	32 360,00	10 801,52	
Município de Vinhais	47 750,00	15 950,93	
Total	1 975 055,30	214 686,63	

A
de
pn
F
Quipa

8.3.6. ENDIVIDAMENTO

A CIM-TTM não tem empréstimos, não tem dívidas em mora para com o fisco, segurança social e trabalhadores.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

**SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES
BANCÁRIAS**

MAPA SÍNTESE DA RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA

PERÍODO DE 2018/01/02 A 2018/12/31

Pág. 1

Banco	N.º de Conta	Movim. não Contabilizados		Saldo do Extracto Bancário	Valores em trânsito		Outras Operações		Total	Saldo Contabilístico
		A Somar	A Abater		Cheques	Depósitos	A Adicionar	A Subtrair		
0018	0336279792020									
0018	0336618619020		530,00	416.551,82	420.936,27		103.740,80		99.359,35	98.829,35
0018	0337669967020			33.887,12					33.887,12	33.887,12
0035	0769005002730						14.776,42		14.776,42	14.776,42

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the bottom and several smaller ones above it.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião

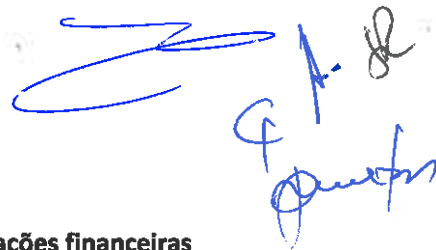
1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de **1.769.935 euros** e um total de fundos próprios de **365.896 euros**, incluindo um resultado líquido de **145.874,91 euros**), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de **1.604.670,90 euros** de despesa paga e um total de **1.530.831,26 euros** de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes** em **31 de dezembro de 2018**, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com POCAL.

Bases para a opinião

3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
4. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

5. Chamamos atenção para o facto de a execução orçamental em 2018 ter sido de apenas 40,3% na receita total e 42,3% na despesa total.
6. Chamamos ainda a atenção para o facto de a Entidade ter em curso diversos projectos de investimento, com um grau de execução baixo, cuja data de encerramento já terminou apesar de ter sido pedida a prorrogação do prazo de execução



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

7. O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com POAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

8. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

9. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

10. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

11.A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

12.Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 05 de abril de 2019

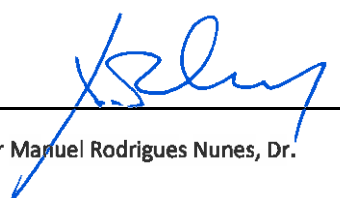
Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS – 2018

ENCERRAMENTO

O presente Relatório de Gestão e Contas e Documentos anexos, que antecedem, devidamente rubricados e assinados, foram aprovados na reunião ordinária do Conselho Intermunicipal realizada no dia 10 de abril de 2019.

O Presidente



Artur Manuel Rodrigues Nunes, Dr.

As Voce-presidentes,



Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dra

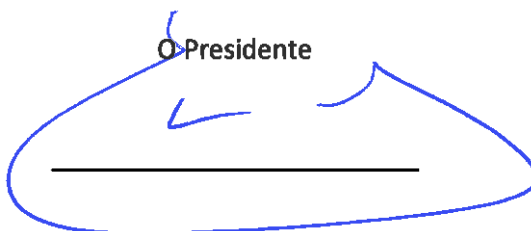


Júlia M.ª de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues, Dra.

APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

O Relatório de Gestão e Contas que antecede, foi aprovado por _____, pela Assembleia Intermunicipal, na sessão ordinária realizada no dia _____ de _____ de 2019, tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pela mesa, que abaixo assinam.

O Presidente



O Vice-presidente

O Secretário

